



ANA PAULA BARROS  
JULIANA CARVALHO  
KARINA DIAS  
SOLANGE MAIA

# AVOADO PIRABENSE

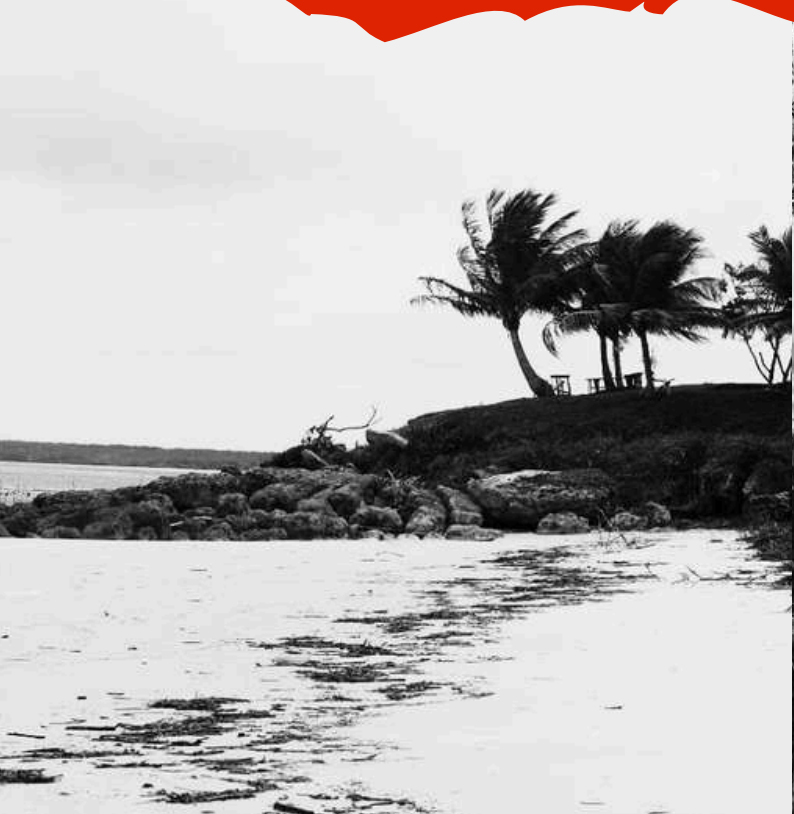
Org. Juliana Carvalho





# AVOADO PIRABENSE

Org. Juliana Carvalho





# ÍNDICE

Paisagem e memória.....	06
O afeto e o mar.....	30
Corredor do Mel.....	52
Ser negro: a identidade quilombola Axindeua.....	64
Rei Sabá: Encantaria na Amazônia.....	94
Pequeno glossário pirabense.....	113

# PREFÁCIO

Quando cheguei a São João de Pirabas, em meados de 2019, não tinha ideia da dimensão da história e cultura desse rico município do nordeste paraense. Certamente eu reencontraria aqui um sentimento que não me visitava há anos – o de pertencimento. Surpreendida pela Pandemia da Covid-19, tive que esperar um pouco mais para conhecer as veias dessa terra entremeada dos causos que só encontramos em pequenas cidades e temperada com o misticismo da encantaria do solo amazônico.

A Pirabas que conheci não é só alegria – é marcada pela falta de emprego, pelo machismo, pela educação precária, entre outras mazelas tão comuns nessa Região do Brasil. Mas, acima de tudo, é lugar de um povo de fé inabalável, manifestada por meio de eventos como o Festival do Rei Sabá (20 de janeiro) e o Círio em homenagem à Nossa Senhora de Nazaré, para os mais íntimos, Nazinha (último domingo de outubro). Com a atividade pesqueira predominante como meio de subsistência, a população local tem uma linguagem cheia de expressões próprias, um dialeto baseado na vida que cresce a partir do Oceano Atlântico, palavras que se tornam familiares com o tempo, como muão, rancho e avoadado.

Ao longo dos últimos anos, me permiti aprofundar as pesquisas acerca da história, curiosidades, lendas, interesses e peculiaridades deste povo e deste chão. O ofício de jornalista e as atividades na produção cultural facilitaram o processo, me levando a caminhos inesperados e encontros que nem eu sabia que precisava. A revisão textual e consultoria acadêmica tiveram igual importância, reforçando que o conhecimento científico caminha lado a lado com o empírico.

De forma alguma, conseguiria escrever este livro sozinha. Ele é o resultado de uma série de trabalhos feitos à muitas mãos, cujos corações (sem dúvida alguma), têm em comum o amor por São João de Pirabas. Um amor, por vezes, doído, pelas dificuldades que se impõem na rotina, no verbo transitivo indireto: so-bre-vi-ver.

*Juliana Carvalho*

ESTAS LINHAS, UMA POR UMA, FORAM ESCRITAS POR MULHERES  
E PARA AS MULHERES QUE NÃO PUDERAM CHEGAR ATÉ AQUI.

À MÃE, ALDEIR.

À AVÓ, ENEIDA.

À FILHA, RIÊDA.

À AMIGA, NICE.

**MEUS PASSOS, SÃO NOSSOS!**

# 1

# PAISAGEM E MEMÓRIA

*Juliana Carvalho  
Karina Dias*

Entender a história de um município a partir das mudanças paisagísticas vivenciadas ao longo dos anos é um desafio que contempla diversas áreas dos saberes, porque permite acessar como a comunidade vê e interpreta o espaço que vive, e como o transforma e estabelece vínculos com ele (Torres; Bassols, 2009). Ao considerar essa possibilidade, são compreendidos aspectos sociais, culturais e históricos de São João de Pirabas desde a sua emancipação política, em 1988.

As alterações vivenciadas nas paisagens ficam registradas nas fotografias e, principalmente, nas memórias dos moradores. Constituem, assim, importantes narrativas para a história local, que só podem ser contadas de forma completa a partir do entendimento da relação do homem com a natureza. Identificar esse vínculo mostra como a paisagem flui nas lembranças de infância, nas intervenções de pessoas, do Poder Público, de empresas e do próprio meio ambiente, que reage à passagem do tempo, adaptando-se ao que surge no entorno.

A história ambiental é um campo de estudo que agrega valor à esta busca, pois é a partir de suas concepções que a natureza é vista como um agente histórico e que sua relação com o homem passa a ser estudada e compreendida (Paixão; Piori, 2013). Para discorrer sobre a temática, foram selecionadas algumas entrevistas e depoimentos utilizados no artigo *A paisagem como fonte histórica em São João de Pirabas: tempo, memória e intervenções* e no curta-metragem *Pirabas: paisagem e memória*, ambos produzidos pela pedagoga e historiadora Karina Dias, com a colaboração da jornalista e produtora cultural Juliana Carvalho, como revisora, roteirista e editora de vídeo.

A paisagem projeta e simboliza os sentimentos e ações humanas, contribuindo para a construção cultural e refletindo características importantes daquela comunidade. Da mesma forma, o espaço é produzido e reproduzido a partir das necessidades e dos recursos econômicos e técnicos de que esta comunidade disponibiliza. Portanto, a mudança paisagística é hoje pauta importante da agenda global e ganha ainda mais relevância quando se trata de um município situado na Região Amazônica e com “expressiva extensão de mangue” (Fapespa, 2024), mantendo preservadas praias e diversas espécies de plantas e animais.

Ao focar na paisagem de São João de Pirabas, pretende-se abarcar grupos, comunidades e a coletividade local, associando a história da paisagem à do município. Isso, a partir da percepção de que a história vai além dos documentos palpáveis, de que é voltada à reflexão da paisagem e da oralidade dos moradores, tanto isolada quanto conjuntamente.

É necessário compreender o conceito de História da Paisagem e qual a sua atribuição para a história como um todo. Ao longo do tempo, a paisagem vem sendo debatida a partir de variados significados. Aqui, entende-se que, quando se vincula memória à paisagem, tal conceito vai muito além dos aspectos físicos. Logo, chamamos de paisagem a unidade espaço-tempo em que elementos da natureza e da cultura convergem em uma sólida, mas instável comunhão” (Torres; Bassols, 2009). Assim, a História da Paisagem está também relacionada à história das pessoas. É, portanto, a oralidade que viabiliza o resgate dessa história e das histórias que a permitiram chegar aonde está.

Esta paisagem é colocada também como um marcador de tempo. Ligada às mudanças sociais, ela acompanha tendências, calendários e interesses políticos, comunitários, entre outros. Chega mesmo a ser vista como fonte histórica, comprovando e registrando fatos. Da mesma forma, a paisagem também molda os comportamentos do homem. Um exemplo claro são as vestimentas, definidas de acordo com o clima, as ferramentas utilizadas e a economia, que se desenvolve a partir da paisagem formada.

No caso de São João de Pirabas, essa interferência se evidencia em casos como os das palafitas presentes nas praias, popularmente chamada ranchos, nas pontes e rampas construídas para o embarque e desembar-



que do pescado e do material que abastece os barcos, e mesmo nos coqueiros e mangues encontrados pela extensão da orla municipal. Essa paisagem marca, de maneira significativa, as manifestações religiosas do município, onde centenas de católicos seguem em romaria no Círio de Nossa Senhora de Nazaré, que acontece sempre no último domingo de outubro, culminando em uma concentração em frente à Igreja Matriz. Da mesma forma, outras centenas de pessoas de religiões afrodescendentes se reúnem todo dia 20 de janeiro no Complexo Mítico Cultural Rei Sabá.

Esculpida primeiramente pela natureza e modificada pelos homens, a própria pedra pode ser vista como marcador de tempo, acompanhando as diversas mudanças sociais vividas na região. É possível afirmar, assim, que a paisagem é construída não só pelas suas características geográficas ou visuais, mas também pela ação humana. Sobretudo, a paisagem se apresenta como uma narrativa, cabendo sobre ela diferentes interpretações e adaptações, realizadas com o passar do tempo e de acordo com a história social na qual está inserida.



As marcas deixadas nas paisagens determinam as formações socioespaciais, construindo uma dinâmica em que presente e passado refletem nas intervenções de agora, nas que estão por vir, e no que elas implicam. São as rugas da paisagem. A memória da paisagem não pertence a uma só pessoa, está sempre associada à lembrança de um povo. O compromisso de registrá-la e resguardá-la é urgente e pede celeridade, como as próprias mudanças paisagísticas aceleram de forma que fica cada vez mais desafiador acompanhá-las.

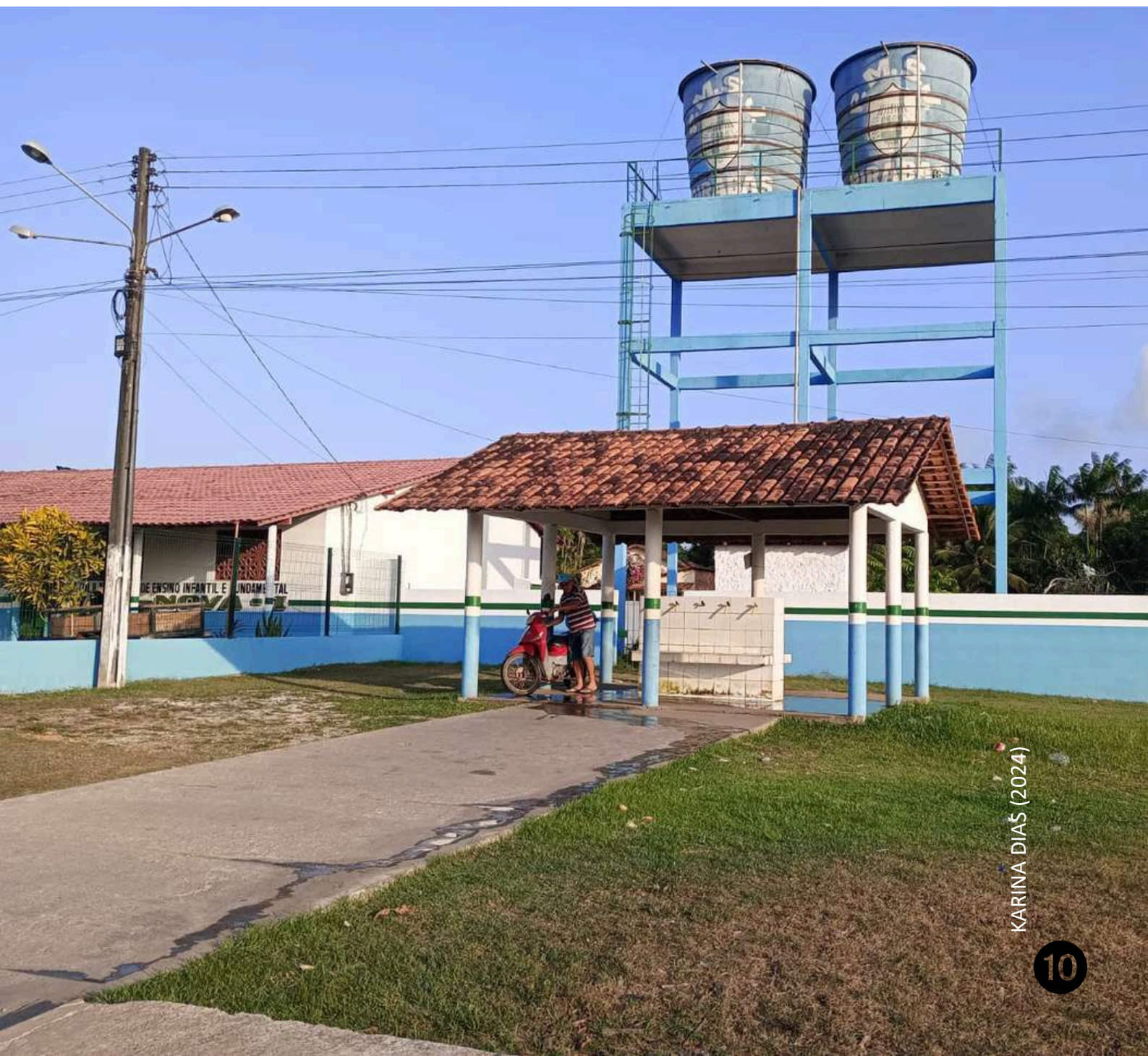
No intuito de retomar paisagens, de abarcar em que contexto foram forjadas ou modificadas, a memória é uma grande aliada. Fixadas, as lembranças remetem a lugares, pessoas, hábitos, cheiros e uma série de elementos que ficaram para trás, como ilustra a seguinte fala:



**Ali, a bomba d'água. Então, hoje a bomba d'água tá cheia de casas, seus moradores. E lá, antes, eu tenho uma memória assim, a minha mãe, ela carregava água na cabeça na lata e a gente pequenos, meus irmãos do lado, ela trazia água de lá.**

**Ali tinha uma cacimba por nome dentadura. Diziam: vai buscar água na dentadura. Acho que alguém, com certeza, perdeu alguma dentadura lá nesse Olho d'água, aí ficou o nome. Então é assim, hoje eu me lembro muito bem dessa parte, todo mundo coletava água lá eu tenho essa memória assim. Hoje, quando eu olho para meu pai e pra minha mãe, eu me lembro disso (Delson Rodrigues).**

O relato do empresário ilustra não apenas uma experiência dos seus pais, mas de toda a comunidade pirabense na época. Aqui, a paisagem é também um marcador temporal. Reforça, com isso, que a história é sempre contada a partir de uma lembrança, mantendo aquilo que não é mais tangível ainda vivo. Provoca também a reflexão sobre uma problemática que prevalece até hoje: a falta de um sistema de água e esgoto no município, fazendo com que as pessoas tenham que ir buscar água potável cada vez mais longe. Atualmente a Vila Nova I ou Proévea, como é popularmente conhecida, é o local de apoio e fonte deste recurso natural mais próxima da sede pirabense. Mas, nos últimos anos, o local já vivencia um escasseamento do líquido, reflexo do consumo desregrado.



A mudança paisagística de São João de Pirabas é marcada pela construção da Princomar Indústria de Pesca S/A. A empresa, cuja principal atividade está descrita como a preservação de peixes, crustáceos e moluscos, foi trazida para o município pelo então prefeito João Bosco Rufino Moisés (2000 - 2008). É fato que a intervenção do Poder Público na paisagem ressignifica os espaços alterados. Para evitar ou amenizar as resistências, o governo constrói suas próprias narrativas, difundindo-as para a população. Dessa perspectiva, a Princomar foi e é vista por muitos até hoje como um marco do progresso e do desenvolvimento, local de geração de emprego e renda. Este panorama, no entanto, não é consenso:

**[...] tinha uma mangueira grande e pra cá também era bastante alto onde é a Pricomar. Essa Princomar, não sei se contei a história pra você, eu tinha 17, 18 anos na época quando começaram isso aí. Eu era contra, eu e minha turma de colegas, e o pessoal batia na gente porque, né, impedia o progresso, não sei o quê, uma porção de coisas [...] não gostávamos da localização, onde foi localizado esse monstrengo aí, pelo amor de Deus. E o dia que começarem, já começaram a quebrar, mas não oficialmente, eu vou soltar fogos, eu nunca soltei um foguete na minha vida, nesse dia eu vou comprar uma caixa de pistola e quando for oficialmente, começarem a demolir, porque vai ficar muito lindo. Nós temos uma vista linda, então são essas mudanças assim drásticas que houve e que eu espero ver como eu vi a ilha voltar (referindo-se ao surgimento das dunas de área em frente ao mercado). Eu quero ver aquela vista novamente. se Deus quiser. Não se fecha a janela de uma cidade litorânea, pelo amor Deus. Olha, um absurdo (Nelson Queiroz).**

Comumente, o Poder Público justifica as ações que realiza a partir de um discurso relacionado a preservação e recuperação ambiental, sustentabilidade, desenvolvimento econômico e qualidade de vida (Caneiro, 2017). Há, ainda, o pretexto de reafirmar a identidade cultural. O posicionamento do servidor, no entanto, reforça que essa narrativa não garante a isenção de conflitos, principalmente quando se abrange comunidades tradicionais, como é o caso de São João de Pirabas, caracterizada pela sua ribeiridade, pelo modo de vida típico dos povos ribeirinhos da Amazônia (Neto; Furtado, 2015).

O município, como é comum, surgiu a partir de um rio – o Pirabas. É natural que para falar das mudanças vivenciadas se opte por paisagens que estão neste entorno, onde foram levantadas a primeira escola, a primeira igreja, o comércio etc. Ademais, a cidade possui mais de 10 quilômetros de praias limpas e pouco frequentadas, o que contribui para a conservação da sua paisagem. Ao mesmo tempo, as riquezas naturais são um convite para a pesca e outras atividades exploratórias, refletindo em projeções que as viabilizem. Foi sob essa justificativa que a Princomar foi levantada, com seus “túneis de congelamento com ar forçado com capacidade de 900 toneladas” (Castro, 2023). A pedagoga e fotógrafa Andréa Márcia Oliveira da Silveira coaduna com a ideia de que a construção representa uma agressão ao meio ambiente:

**Eu sou anterior a época da Princomar, aquilo ali, primeiro que aquilo ali foi o primeiro cemitério de São João de Pirabas, né, e depois disso era uma barreira, assim, enorme. Também que era a entrada do vento na cidade, nossa aquilo era muito lindo, a gente ficava assim de cima, uma barreira enorme [...] lá onde é a fábrica da Princomar, ali onde é a Maria Pajé, a arena Maria Pajé, também era uma prainha que era uma coisa incrível, inclusive tinham canoas que aportavam ali e ficavam presas. Eu sou, assim, muito suspeita, porque eu sou 100% a favor da natureza. Então, as mudanças, elas acontecem, mas elas devem ser mudanças de ordem da natureza, naturais. Eu nunca vejo com bons olhos até hoje, né, pelo menos aqui na nossa região, essa agressão do homem tentando modificar pra trazer benefícios para o próprio homem e que, muitas vezes, são benefícios pautados no financeiro e degradando (Andréa Silveira).**

Desativada após a morte do proprietário, a fábrica foi saqueada e hoje é alvo de diversos processos trabalhistas, sendo disputada judicialmente. Instalada na orla municipal a Princomar é, definitivamente, uma das principais intervenções do Poder Público local. Em junho de 2024, a Prefeitura de São João de Pirabas expediu uma notificação extrajudicial propondo a desapropriação do local para que haja a revitalização, construção e ampliação da orla municipal. O valor da propriedade, segundo o documento, está avaliado em R\$1.296.688,35 (SEMAD, 2024).

O discurso de progresso, desenvolvimento e geração de renda é irresistível em uma localidade marcada pelo alto índice de desemprego – em 2021, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística registrou que apenas 1553 habitantes do município tinham emprego formal, sendo a média de rendimento mensal de 1,6 salário mínimo (IBGE, 2022). Por esse cenário, para pessoas como a professora aposentada Joana Santana da Fonseca, moradora local há 50 anos, a chegada da Princomar representou uma mudança positiva, inesquecível:



**Era município de Primavera, era Vila de Pirabas. Aí, depois que trouxeram a fábrica, né, que o Bosco veio morar praqui, aí botou a fábrica dele já nesse intuito de melhorar a situação, o progresso, as pessoas terem emprego pra trabalhar e também elevar a Vila à cidade, que era o que a gente mais queria [...] Teve sim muita mudança, muita mudança boa (Joana Fonseca).**

Descrita de forma recorrente como uma das áreas mais bonitas de São João de Pirabas, a paisagem camuflada pela Princomar continua no mesmo local, aguardando a oportunidade de ser vista por quem reside e visita o município. Ao comparar um desenho feito pela ilustradora Layse Santa Brígida a partir da descrição de Andréa Silveira e um registro de dentro da fábrica, observa-se que a visão é, surpreendentemente, a mesma. Paisagem é, também, permanência.

KARINA DIAS (2023)

# VISTA ENCOBERTA PELA PRINCOMAR

LAYSE SANTA BRÍGIDA (2023)

Apesar do significado construído em cima dela, a Princomar não foi a única obra na área realizada com interesses privados. Com as praias naturais acessadas por meio de embarcações, a gestão de Bosco Moisés, como era chamado, promoveu a estruturação de duas praias artificiais. Uma delas, situada entre a fábrica e o trapiche, logo foi aterrada com o apoio da maré. A outra estava localizada onde hoje é o Teatro Arena Maria Pajé. A ação aconteceu no ano de 2004 e as praias funcionavam como centros de recreação no município. A própria ideia de um espaço público “como lugar do encontro de diferentes pessoas, do mesmo grupo cultural ou não” (Carneiro, 2017) é bastante atraente. No entanto, há indícios de que havia outros interesses envolvidos nas obras da Prefeitura Municipal na época:



**Essa aqui era a famosa praia do Bosco, o Bosco me colocou duas dragas enormes gigantescas no canal e era dia e noite tirando areia, eu olhava pra aquilo só que eu vou te dizer quando que foi, isso aqui foi em 2000, aí ficou esse areal branco, as pessoas jogavam vôlei ali, jogavam futebol, porque na verdade o que ele queria, queria mesmo era aprofundar mais o canal para que os barcos dele pudessem ter acesso, porque eram barcos enormes de pescas, eram barcos gigantescos e aí precisava de uma estrutura ali do canal muito mais profunda do que a natural (Andréa Silveira).**



Nota-se que, mesmo servindo à negócios individuais, as alterações realizadas reforçam a ideia de Simon Schama (1996) de que, em se tratando de paisagem, a cultura é posta antes mesmo da natureza. Mas ainda, de que “produzida historicamente pelos homens, segundo a sua organização social, o seu grau de cultura e o seu aparato tecnológico, a paisagem é o reflexo da organização social e de condições naturais particulares” (Paixão; Priori, 2013). A praia foi desfeita pela prefeitura, dando espaço para outra paisagem, agora de concreto:



**“Praia do Bosco”  
por volta de 2004**

**“Praia do Bosco”  
em 2023**



# ANTES E DEPOIS DA ARENA MARIA PAJÉ

Atualmente, a Arena Teatro Maria Pajé comporta as principais atrações culturais pirabenses, com um pequeno palco e quiosques, onde são vendidas comidas e bebidas, além de sediar o posto da Guarda Civil Municipal. Um Centro de Convenções começou a ser construído na área durante a gestão de Luis Cláudio Teixeira Barroso (2012-2016). A obra, abandonada, é usada como banheiro e para o uso de drogas.

Em frente à Arena, a Colônia de Pescadores da Zona 8 foi um dos locais que mais marcaram as memórias afetivas dos entrevistados. A forte influência da pesca no município explica essa conexão. Aos 79 anos, a marisqueira aposentada Conceição Fonseca da Silva nasceu em São João de Pirabas, em uma praia conhecida como “Praia do Cutia”, cujo acesso se dá por via fluvial. Para ela, uma das memórias mais presentes da infância é de quando a família fazia a travessia para as festividades do Círio e se alojava em um barracão que ficava no prédio da Colônia:



**O porto era ali na Colônia dos Pescadores. Porque antes da gente ter casa, de do papai ter casa, que a gente vinha passar as festas do Círio, que não tinha casa, a gente ficava na Colônia dos Pescadores. Era só uma casa coberta de palha, e aí tinha uma puxada grande assim, aonde os pescador tudo, a família tudo vinha e se metia lá pra passar a festa [...] A maré chegava até ali perto do mercado, porque já foi aterrado tudinho (Conceição Silva).**



Conceição Fonseca narra que, na época, havia apenas duas ruas no município – a Travessa dos Mercadores e a Rua do Umarizal. Sem tantas intervenções humanas, a água da maré alcançava os quintais das casas. Com a ancoragem das embarcações próximo à Colônia, a ponte e o trapiche eram todos de madeira. Em seguida, deram lugar à atual estrutura.



Andréa Siqueira (2023) discorre sobre alguns fragmentos da época que, mesmo fazendo parte da história da entrevistada, se mistura à memória coletiva, remetendo às tradições regionais:

**[...] lembro pequenininha assim, tipo com 6 anos, com medo. A minha mãe falava: olha pra cima, não olha pra baixo, senão tu vai sentir medo. Aí eu via aquilo, parecia que ia cair. Aqui na frente também era aquelas pessoas que passam arrecadando, né, doações para São Benedito [...] eu adorava ver essas coisas, eles trazendo o barco para a água. Ai, como eu gostava, mobilizava toda a comunidade (Andréa Silveira).**

Há uma forte dimensão afetiva entre as recordações e a paisagem. São detalhes que ultrapassam a noção de espaço, dando novos significados à paisagem e às mudanças que ela vivência. Na orla, o Mercado Municipal foi construído com o intuito de servir como base para a comercialização do pescado, em 2007. A antiga sede ficava a duas quadras da atual, onde hoje funciona a Escola Estadual de Ensino Médio Francisco da Silva Nunes.



**O mercado era a Escola Francisco Nunes, lá que era o mercado. E, ali era uma enseada, onde vinha água, tudo. E lá, onde tem aqueles pontos (parte da sigelo e princomar) era uma mangueira, muito bonita, muito frondosa, onde todos esperavam os barcos chegarem. Era um ritual isso. Chegou a hora de maré, o pessoal corria pra lá e esperava os pescadores pra comprar peixe. Ali não existia o que existe hoje (Conceição Fonseca).**

Para alguns, o novo mercado representava o progresso, a oportunidade de comercializar seus produtos e ampliar o fluxo de clientes. Essa percepção ressalta a lógica de que a paisagem precisa se desenvolver para dar sustentabilidade à comunidade. O que entra em pauta é o que esse desenvolvimento, de fato, representa.

Entende-se, por exemplo, que ele serve à um público específico. O discurso de progresso é um lugar comum, normalmente questionado: “[...] a gente sabe que isso é uma máscara muito grande pra cobrir o que tá por traz verdadeiramente, que é o progresso pautado no lucro financeiro enorme em detrimento das populações que habitam ali e em detrimento da natureza” (Andéa Silveira, 2023).

Contudo, é inegável que algumas mudanças são necessárias para garantir a qualidade de vida e o acesso a serviços básicos, como saúde e educação. Segundo Delson Rodrigues (2023), **“depois da emancipação, aqui se desenvolveu porque aí foi criada a Prefeitura, foi criado o hospital, posto médico [...]”**. Naturalmente, esses contrastes que surgem com as alterações da paisagem fazem parte da história de todas as civilizações. O que difere, entre um lugar e outro, é a forma e o nível de agressão à natureza e à memória dos habitantes mais antigos.

Diante do desenvolvimento imposto, algumas formas permanecem. Costumam estar associadas a sentimentos mais enraizados, segmentos valorizados socialmente, questões religiosas, entre outros. Um exemplo é a igreja matriz, que mantém sua estrutura inicial, com algumas alterações e adaptações, como explica Nelson Queiroz (2023): **“Cheguei aqui em 64 e já existia a igreja [...] com uma estrutura bastante rudimentar. A estrutura é a mesma, lembro como se fosse hoje, a faixa como era, toda sem reboco, tanto interna como externamente”**.



Apesar de não ficar evidente nas imagens, uma das principais discrepâncias visuais na Igreja Matriz de hoje e de décadas atrás é a arborização, que foi diminuindo com o passar dos anos.



**Em frente à Igreja Matriz, ali tem um terreno que é muito arborizado, né? Então lá, antigamente, era muitas plantas sabe, árvores grandes. E, hoje, quando passo lá, já não vejo a quantidade de antes pra de hoje, tá entendendo? Então, houve uma mudança lá. Se você for observar, lá tem até árvores nativas, mesmo do tempo em que Pirabas era mata mesmo. Então, lá houve uma mudança nessa paisagem. Nesse terreno, pelo menos, eu era acostumado a pegar manga quando criança. Lá eu pegava coco. Aquela parte dali da Igreja Matriz, né, do lado esquerdo tinham muitos coqueiros, sabe? (Delson Rodrigues).**

A comunhão entre natureza e cultura é instável e, inevitavelmente, gera desconforto (Torres; Bassols, 2009). Mais ainda, em uma sociedade que, somente agora, e apenas uma parcela dela, começa a enxergar a preservação do meio ambiente como única forma possível de se manter a vida. No entanto, apesar de o planeta existir independente da vida humana, pelo menos nos últimos três milhões de anos, é impossível dissociar a sua história à da humanidade (Martins, 2007).

É fato que a paisagem também está sujeita a alterações provocadas pelos meios naturais, através de fatores como vento, movimento das águas oceânicas, salitre, entre outros. Contudo, muitas vezes essas mudanças estão associadas às atividades do homem.

Um exemplo é o desaparecimento e reaparecimento da Praia da Croa: “[...] lembro da primeira vez que vim aqui, ainda morava lá no interior. Vim em canoa. Hoje a gente vê bem ali uma ilha, né, e o manguezal. Isso, depois dessa época, isso sumiu” (Nelson Queiroz). A fonte se refere à uma ilhota que se forma em frente à orla municipal. Ela some e aparece de acordo com a maré, reunindo diariamente guarás e garças na vegetação do mangue. Por um longo período, no entanto, ficou fora da vista da população. Isso, por causa do insistente desmatamento na área.

Algumas das intervenções foram realizadas no local à mando do Poder Público. No entanto, é preciso destacar que essas mudanças não são exclusividades da gestão. As ações humanas, de forma geral, influenciam consideravelmente nestas transformações. A prova disso é a própria altura da maré, que acompanhou o crescimento (ou desenvolvimento) da cidade. Mas, para que a paisagem seja alterada, não são necessárias interferências extravagantes. Pelo contrário, é natural que elas aconteçam de forma tímida, quase imperceptível.

Por conseguinte, no dia a dia, a paisagem vai se moldando, se adaptando, por vezes, de forma discreta, desapercibida. A cidade avança, o mar recua. O mar retorna, a paisagem some. Tal qual uma colcha de retalhos, a paisagem se forma a cada lembrança trazida à tona, reconstituindo vínculos, cores e cheiros por ora perdidos:

**Aquela frente ali, que era só coqueiro, era muito bonito. Aquela frente todinha era só coqueiral (do teatro até a orla), onde as casinhas ficavam, aquelas casinhas do pessoal, dos pescadores, né, aonde tinha um varal de secar peixe. Cada casa tinha o seu varalzinho onde secava os seus peixes. Hoje a gente nem vê mais (Joana Fonseca).**





Eu comecei a vir pra São João de Pirabas por conta dos meus avós maternos e também por conta disso eu acabo construindo uma relação afetiva muito grande, muito forte com São João de Pirabas porque aqui eu vinha passar as férias, a família inteira reunida e essas memórias de primos, tios, tias, meus pais, minhas irmãs, foram todas construídas aqui. E por ser um local muito rico em natureza, caminhar pelas ruas de São João de Pirabas é caminhar pelas minhas memórias (Andréa Silveira).



# PIRABAS

Ali era só lama mesmo, né? Aí o prefeito Bosco fez a barragem ali na frente e ali a Arena com a Maria Pajé, festival lá, aquele movimento [...] fez a orla da frente e a fábrica de gelo e veio outro, fez aquela rampa pequena, mas desenvolveu. Antes, não. Era pisar na lama e na maré e já melhorou alguma coisa. Graças a Deus temos um mercado bonito, trapiche [...] E tudo é saudade, saudade não tem idade. A poeira do tempo não apaga aquilo que tá na mente da gente (José Maria de Almeida)



# SE LIGA NA DICA!

O documentário de bolso *Pirabas: paisagem e memória (2024)* foi gravado em São João de Pirabas (PA), com o propósito de retomar aspectos da paisagem e da memória do município a partir do depoimento de antigos moradores locais.

O projeto foi contemplado no Edital "Cultura e Desenvolvimento: construindo arte", da Lei Paulo Gustavo - São João de Pirabas.

## Ficha técnica

**Direção e narração:** Karina Dias

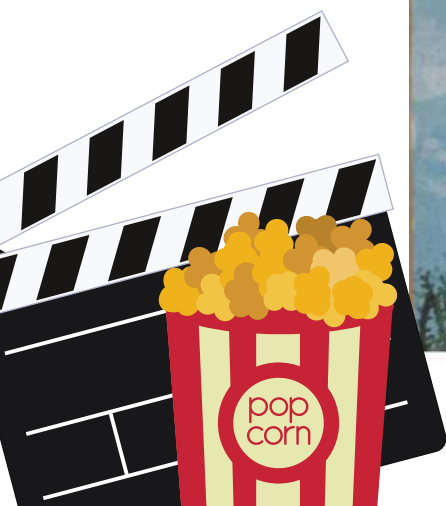
**Roteiro e edição:** Juliana Carvalho

**Entrevistados:** Andréa Silveira Conceição Silva Delson Rodrigues José

Maria de Almeida Nelson Queiroz

**Ilustração:** Layse Santa Brígida

**ASSISTA EM:** [https://www.youtube.com/watch?v=4f6P\\_wW-ZWg&t=3s](https://www.youtube.com/watch?v=4f6P_wW-ZWg&t=3s)



# REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Maria de. Entrevista [maio 2024]. Entrevistadoras: Juliana Neves Carvalho Costa e Karina Dias. São João de Pirabas. 1 arquivo .m4a (07:07 min).

BAZZANELLA, Sandro Luiz; GODOI, Cintia Neves; MARCHESAN, Jairo; TOMPOROSKI, Alexandre Assis. Desenvolvimento: conceito ou ideologia?. **Desenvolvimento em debate**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 57-79, jan.-abr. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre el Estado: Cursos en el Collège de France (1989-1992)**. Anagrama, 2014.

CASSAB, Latif Antonia; RUSCHEINSKY, Aloísio. **Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral**. Biblos, v. 16, p. 7-24, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo**. 2008.

CARNEIRO, Pablo de Oliveira. Poder público e ressignificação: o Parque Madureira na transformação da paisagem carioca. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 35, n. 1, 2017.

CASTRO, Ingrid de Nazaré Pinheiro. **Avaliação da atividade pesqueira do nordeste paraense**. Orientador: Prof<sup>a</sup>. M.Sc. Rosália Furtado Cutrim Souza. 2023. TCC (Bacharel em Engenharia de Pesca) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2023.

CORRÊA, Dora Shellard. História ambiental e a paisagem. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha**, v. 2, n. 1, p. 47-69, 2012.

CRONON, William. **Humanist Environmentalism: A manifesto**. Nova York: Hill and Wang, 1995.

DUARTE, Cristiane Rose; UGLIONE, Paula. A memória da/na cidade: o uso das metáforas pelo método do arquivo mnemônico do lugar. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, v. 16, n. 8, p. 9262-9278, 2023.

FAGUNDES, Marcelo et al. **Paisagem e suas interfaces em pesquisas sobre arte rupestre: um estudo de caso em Serra Negra, Alto Vale do Araçuaí, Minas Gerais, Brasil**. 2021.

FAPESPA, Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Estatística municipal: São João de Pirabas**. Belém: [s. n.], 2023.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 314-332, 2002.

FONSECA, Joana Santana. Entrevista IV. [nov. 2023]. Entrevistadora: Karina Dias dos Santos. São João de Pirabas: UFPA, 2023. 1 arquivo .m4a (8:34 min).

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2011. cap. 4, p. 97-133.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. A Festa do Rei Sabá em São João de Pirabas, Pará, Brasil. *Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas*, v. 24, n. 2, p. 253-266, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Documentação do Censo 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

KORMIKIARI, Maria Cristina Nicolau. Arqueologia da paisagem. *Labeca MAE/USP*, p. 1-21, 2014.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário**. 4. ed. Belém: Cultural Brasil, 2015. 424 p.

MARTINS, Marcos Lobato. **História e Meio Ambiente**. São Paulo: Annablume, 2007.

MATHEWSON, Kent; SEEMANN Jörn. A geografia histórico-cultural da Escola de Berkeley: um precursor ao surgimento da História Ambiental. *Varia*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 72-85, jan/jun. 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; ALONSO, Leandro Seawright. **Memórias e narrativas: história oral aplicada**. Editora Contexto, 2020.

MOURA, Danieli Veleda; SIMÕES, Christian da Silva. A evolução histórica do conceito de paisagem. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, v. 15, n. 1, p. 179-186, 2010.

NETO, Francisco Rente; FURTADO, Lourdes Gonçalves. **A ribeiridade amazônica: algumas reflexões. Cadernos de Campo (São Paulo-1991)**, v. 24, n. 24, p. 158-182, 2015.

O DIÁRIO DO PARÁ, Jornal. **Igreja Matriz de S. J. de Pirabas no ano de 2009**. 2009. Fotografia.

PAIXÃO, Letícia Aparecida da; PRIORI, Angelo. História e paisagem: o uso da paisagem como fonte histórica e como produtora de memória. **VI Congresso Internacional de História**, Maringá, Setembro, 2013.

PASSOS, Messias Modesto dos. Eco-história da paisagem. *Boletim de Geografia*, Maringá – PR, v. 15, n. 1, p. 69-83, 1997.

QUEIROZ, Nelson Barros. Entrevista I. [out. 2023]. Entrevistadora: Karina Dias dos Santos. São João de Pirabas: UFGA, 2023. 1 arquivo .m4a (10:36 min).

PIRABAS: memória e paisagem. Direção: Karina Dias. Roteiro: Juliana Carvalho. Gravação de Karina Dias. São João de Pirabas: [s. n.], 2024. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=4f6P\\_wW-ZWg&t=3s](https://www.youtube.com/watch?v=4f6P_wW-ZWg&t=3s). Acesso em: 20 out. 2024.

REZNIK, Luiz. História local e práticas de memória. **Livro I—Produção de Materiais Didáticos para a Diversidade: Práticas de Memória e Patrimônio numa perspectiva interdisciplinar. Labepeh/UFGA—Secad/MEC—CAED/UFGA**, 2010.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem, Patrimônio e democracia: novos desafios para políticas públicas. Espaços da Democracia: para a agenda da geografia política contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 235-260, 2013.

RODRIGUES, Delson da Silva. Entrevista V. [nov. 2023]. Entrevistadora: Karina Dias dos Santos. São João de Pirabas: UFGA, 2023. 1 arquivo .m4a (16:07 min).

RODRIGUES, Delson da Silva. **Ponte da orla de Pirabas, em 1987**. São João de Pirabas, 1987. Fotografia.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzales Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados.** In: A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados. 2008.

SANTA BRÍGIDA, Layse Sena. São João de Pirabas antes da Princomar. **São João de Pirabas, 2023.** Ilustração.

SANTOS DA FONSECA, Hebert Kevin. Foto 4 – Igreja Matriz em 2023. 2023. Fotografia.

SÃO JOÃO DE PIRABAS. **Notificação Extrajudicial nº 002-A 2024, de 28 de junho de 2024.** Desapropriação da Princomar. [S. l.], 28 jun. 2024. Disponível em: <https://saojoaodepirabas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2024/07/NOTIFICACAO-EXTRAJUDICIAL-N%C2%B0-002-A2024-PRINCOMAR.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2024.

SAUER, C.O. A morfologia da paisagem. In: Paisagem, Tempo e Cultura. CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998 (1925).

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória.** São Paulo: Companhia das letras, 1996.

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 7, 2003.

SILVA, Conceição Fonseca da. Entrevista III. [nov. 2023]. Entrevistadora: Karina Dias dos Santos. São João de Pirabas: UFGA, 2023. 1 arquivo .m4a (13:03 min).

SILVEIRA, Andréa Márcia Oliveira da. **Praia do Bosco, por volta de 2004.** São João de Pirabas, 2004. Fotografia.

SILVEIRA, Andréa Márcia Oliveira da. Entrevista II. [nov. 2023]. Entrevistadora: Karina Dias dos Santos. São João de Pirabas: UFGA, 2023. 1 arquivo .m4a (23:43 min).

SOROMENHO-MARQUES, Viriato. Pensar a Paisagem. Da Aventura interior ao campo da História. **Finisterra**, v. 36, n. 72, 2001.

TORRES, Pedro S. Urquijo; BASSOLS, Narciso Barrera. Historia y paisaje: Explorando un concepto geográfico monista. **Andamios**, v. 5, n. 10, p. 227-252, 2009.

VENTO NO LITORAL, Jornal. **Praia Artificial de Pirabas nos anos 2000.** São João de Pirabas, 2004. Fotografia.

VIEIRA, Daniel de Souza Leão. PAISAGEM E IMAGINÁRIO. **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**, v. 3, n. 3, p. 1-14, 2006.

JULIANA CARVALHO (2023)



# 2

## O AFETO E O MAR



Ana Paula Barros  
Juliana Carvalho

Na beira do cais de São João de Pirabas, dezenas de embarcações disputam espaço enquanto aguardam o momento de navegar. Algumas são utilizadas na travessia para as ilhas e praias do município – Fortaleza, Areião, Pilões, Croa Nova. Outras são a fonte de sustento de diversas famílias locais, que vivem da pesca e da coleta de mariscos. Representam, muitas vezes, o lar desses pescadores que passam semanas, até meses, em alto mar.

O artigo *Credices e afetividades presentes na representatividade das embarcações de São João de Pirabas (PA), de 1962 a 1988, a partir de narrativas dos pescadores*, de Ana Paula da Costa Barros (2023), traz alguns aspectos importantes deste modo de vida.

Se o cenário de décadas atrás era de canoas movidas a remo ou motorizadas e barcos de pequeno e médio porte (Brito et.al, 2015), atualmente:

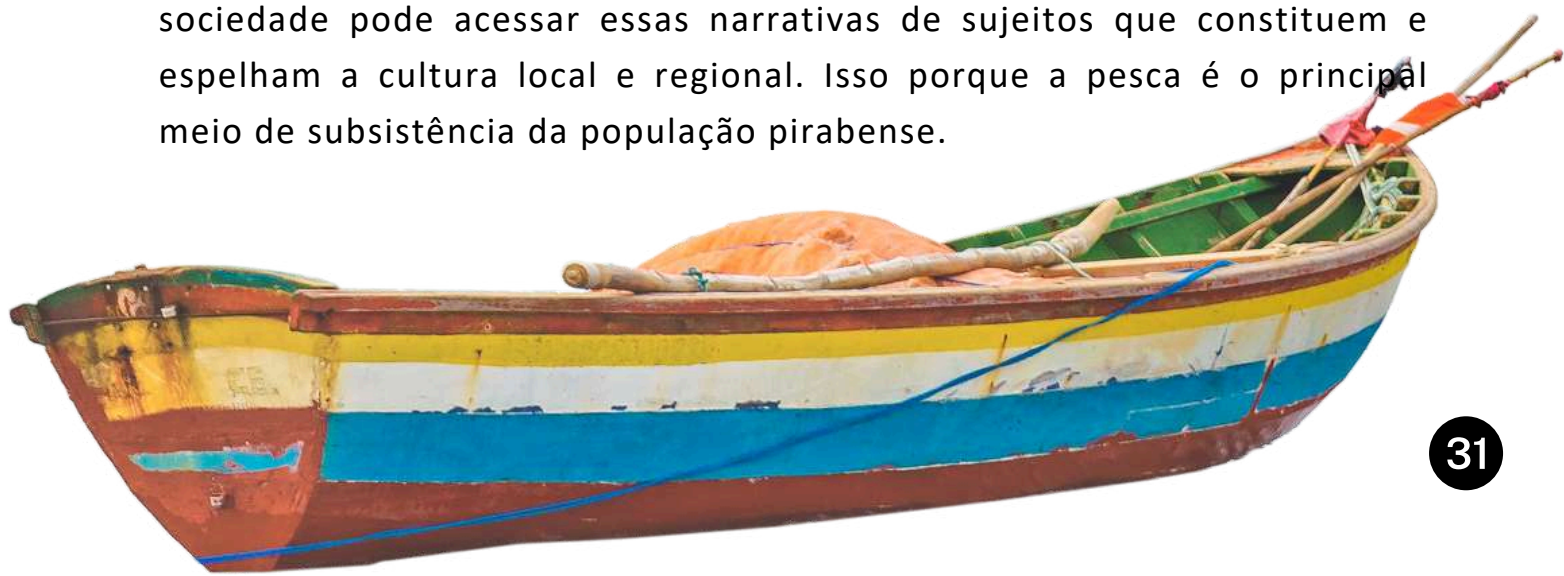
**[...] tá tudo moderno, as embarcações aqui eram tudo a remo, não tinha esse negócio de vela, era remando. O pescador era humilde, era uma vila, principalmente passando pelo município de Salinas, e depois passou para a Primavera. Então, tudo aqui era canoa a remo usada pelos pescadores, depois já foram melhorando de situação, foi entrando a modernização através da vela e forma, fazendo pano para canoa, que já não dependia só do remo. Claro que dependia das condições de comprar o pano (Pescador A).**

Com a modernidade, as embarcações tiveram um avanço significativo no que se refere às formas de construção e aos materiais utilizados. Diferente de antigamente, quando as dificuldades para ir mais longe eram muitas, em decorrência da limitação das canoas. Ainda assim, há um certo receio para o enfrentamento ao mar. Alguns pescadores da região realizam um ritual de proteção antes das suas viagens, o que também funciona para que tenham uma boa pescaria. Essa proteção é realizada por uma entidade da umbanda, o “Rei Sabá”, materializada em formato de pedra na Praia do Castelo.

Em troca de proteção, os pescadores oferecem presentes como cachaça, vinho, velas, frutas, cigarros e/ou charutos. Caso não cumpram à risca com suas obrigações, estão sujeitos ao naufrágio ou ao prejuízo. Diante desse contexto, entende-se que identificar como as crenças e valores afetivos influenciam desde as viagens marítimas à relação simbólica da escolha do nome da embarcação colabora para o conhecimento da história do próprio município.

As entrevistas, realizadas em 2023, foram ferramentas fundamentais para ajudar a entender a identidade e representatividade das embarcações através da escolha do nome do barco, se há influência de questões religiosas ou familiares, por exemplo, e para o conhecimento das histórias contadas sobre as viagens no mar, o medo de naufrágio ou, até mesmo, os seres maravilhosos ou assombrosos (monstros marinhos, sereias etc.) encontrados no percurso. Optou-se por não revelar as fontes, que aqui serão identificadas como Pescadores A., B., C., D., E. e F.

A pesquisa esclarece o contexto histórico das embarcações ao longo do tempo, fazendo com que as pessoas envolvidas neste processo tenham suas histórias contadas através das suas embarcações. Assim, a sociedade pode acessar essas narrativas de sujeitos que constituem e espelham a cultura local e regional. Isso porque a pesca é o principal meio de subsistência da população pirabense.





# BREVE HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DAS EMBARCAÇÕES

Durante o século XV, por meio das navegações, circulavam na Europa diversas lendas que, de certa forma, foram descritas com a influência dos gregos. Essas histórias fabulosas eram recheadas de mitos e seres maravilhosos e monstruosos. Os mitos dos europeus, que desde a antiguidade viajam pelos mares, somavam-se às dos gregos, uma população que também dominava os conhecimentos voltados à navegação em alto mar (Souza, 2007).

Mar este que, para os gregos antigos, representava uma fonte de complementação de sua dieta, bem como uma oportunidade do estabelecimento de depósito de mercadorias comerciais e culturais no mediterrâneo. Durante as viagens era criado o imaginário do que acontecia nas profundezas das águas, de perigos como criaturas mitológicas que habitavam os oceanos, podendo colocar os tripulantes em risco (Soares, 2018).

O que havia de informação no decorrer das grandes navegações sobre a terra era que ela era formada pela “Europa, Ásia e África”. Portanto, os mares estariam divididos pelos rios Ganges, Eufrates, Tigre e Nilo. Era nesse contexto que se constituíam as narrativas das viagens.

As navegações feitas pelos europeus nesse período apresentaram muitas problemáticas, já que não existiam tecnologias tão avançadas. Ainda assim, as embarcações foram importantes para o desenvolvimento de vários instrumentos que hoje são conhecidos por outros nomes, mas mantém a função no intuito de promover um tráfego de qualidade. Outro ponto importante é que as navegações permitiram o conhecimento de vários locais novos.

Entre os séculos XV e XVI as caravelas, implementadas pelos portugueses, favoreceram as viagens marítimas. De formato grande, feitas de madeira, elas tinham capacidade de levar muitas pessoas ao longo das viagens. Eram fortes e velozes, permitindo enfrentar as tempestades. Além disso, funcionavam como forma de comércio, pois através delas as mercadorias eram transportadas para outras regiões.

Em síntese, as explorações marítimas tiveram muitos percalços e atrasos, agravados “pelas crenças, superstições e fantasias” (Monteiro, 2001). Os recursos para materiais eram escassos, sendo os navegadores pioneiros **“os portugueses e espanhóis, mais tarde os ingleses, franceses e holandeses”** (Monteiro, 2001). Assim, eles iam enfrentando os perigos dos mares e ampliando o volume de terras conhecidas.

Referindo-se ao Brasil, Ellen Corrêa (2021) afirma que **“o país foi invadido por quem tinha conhecimento sobre a feitura de embarcações”**. É notório que quem tinha habilidades sobre a construção dos barcos nesse período do processo de colonização eram os próprios portugueses, tendo em vista que essa é uma tradição lusitana. Contudo, quando chegaram ao Brasil, eles avistaram as canoas utilizadas pelos indígenas. Afinal, como reforça Antônio Gualberto (2009), mesmo antes da vinda dos portugueses para a Região Amazônica, ela já era habitada por tribos indígenas. Logo, no cenário do século XVII, já era possível notar as habilidades dos povos indígenas com as primeiras embarcações da região (Corrêa, 2021).

Portanto, conclui-se que no solo Amazônico no século XVII, os portugueses seguramente observaram que as canoas eram muito utilizadas pelo povo que já habitava aquelas terras. Essa era uma das razões que estimulava o país europeu a ocupar a região - o fato de as populações locais terem habilidades no manuseio da canoa. O intuito maior era a exploração da mão de obra indígena.

Esse tipo de embarcação era o principal meio de transporte para viagens dos indígenas. A propósito, os povos originários tinham suas habilidades na confecção das canoas, encontrando inspiração nos **“troncos que caiam nos rios e boiavam conforme as correntezas”** (Corrêa, 2021). No processo de construção das embarcações, eles pensavam muito além do conforto, considerando também suas necessidades, como o transporte de alimentos. Para Antônio Gualberto (2009) a Amazônia, por ter uma diversidade de árvores, peixes e outros animais, proporcionou a utilização desses recursos naturais para o usufruto dos seus primeiros habitantes.



Com um cenário favorável, eles:

**[...] tiveram que elaborar meios para suprir as necessidades não somente de deslocamento, mas também de alimentação, o que os fez agir com engenhosidade e transformarem árvores em ubás ou igarités, assim desenvolvendo a cultura da pesca e técnicas envolvidas nessa atividade, como a prática de construir barcos, saber-fazer que se perpetuou entre nativos e ribeirinhos [...] (Corrêa, 2021).**

O entrevistado F. afirma que esse tipo de embarcação era comum em São João de Pirabas: **“aqui não era barco, era igarité que carregava pesos, onde fazia viagens para outros lugares. Depois, com passar do tempo, foram aparecendo os motores para embarcação. As canoas eram tudo a pano, não tinha motor”** (Pescador F.).

Com o avanço das tecnologias, foram aparecendo outras embarcações e, assim, aumentando as necessidades. Para supri-las, surgem as ubás, feitas de pedaços de tronco de madeiras, com objetivos específicos, e adaptadas para navegar em determinados locais. Tinha estrutura resistente, preparada para se fazer percursos longos. Consistia em **“um único tronco de madeira escavada pelo fogo ou com instrumentos cortantes, ou de uma casca de árvore ligada nas extremidades por lianas, endurecida e tornada mais resistente pela ação do fogo”** (Domingues, 1991).

Os luso-brasileiros tinham mais habilidades na construção e no manuseio das canoas do que os indígenas, em detrimento da familiaridade com esse meio de transporte. Contudo, os remeiros e quem pilotava as canoas eram os nativos, o que acabava gerando certas vantagens deles em relação a outros povos, como os espanhóis (Domingues, 1991).

Alguns pesquisadores apontam uma nova história indígena e as relações estabelecidas nos processos dos rios amazônicos, que:

**[...] eram os caminhos, as vias fluviais por excelência; eram eles que interligavam o sistema de vilas e lugares portugueses; eram o meio de circulação no qual as relações entre os indígenas se davam antes da colonização, e vão ser o meio onde relações entre indígenas e europeus se darão durante e após a colonização (Ferreira, 2016).**

Foram os carijós, por meio dos seus conhecimentos, que confeccionaram as primeiras canoas, sendo este o meio de locomover mais perfeito. Um processo que envolveu muita sabedoria com as técnicas para escavar a frio, quando a madeira está mole ou, ainda, por meio do fogo, quando ela está muito dura. É notório que esses conhecimentos foram fundamentais, sendo transmitidos de geração para geração até os dias de hoje, tendo passado por diversas modificações e adaptações ao longo do tempo (Gaspar; Ferreira, 2011). Até hoje, a construção das embarcações é uma prática herdada, repassada, como relata um dos pescadores entrevistados:



**O barco que eu mesmo construí, um bote pequeno. Ele tem 5,80 cm de comprimento com 1,60 cm de largura e 0,70 cm de pontal, que significa a fundura da embarcação do berço da borda até em baixo. Essa embarcação leva 8 pessoas, ou seja 200 e tantos quilos, motor rabeta. Ofício que aprendi com meu avô a partir dos conhecimentos dele (Pescador B.).**

Esse conhecimento é basal para uma comunidade, sendo passado adiante e se perfeiçãoando. As embarcações atuais, com diferentes tamanhos e propósitos são prova disso. É uma realidade totalmente diferente das de antes:



**Antigamente, as canoas eram no pano, era na vela e no remo, não existia um tipo de rede apoiada que hoje tem. Só era rede boiada, volante, espinhel, linha de mão. O barco era só mesmo, o pessoal antigamente se ligava nos planetas para não perder a direção e não se perder, não tinha bússola, não tinha nada, continuavam da mesma maneira, só que era tudo manual tudo na mão na bruta mesmo. Hoje já não tem uma rede sem espinhel. Aqui para o Norte tem bússola, navegador (Pescador B.).**



## AS EMBARCAÇÕES E A PASSAGEM DO TEMPO

As narrativas da construção de embarcações, como a igarité, **“constituída por uma cobertura feita de fibra de palmeira entretecida”** (Domingues, 1991), são simultâneas às do surgimento das jangadas, feitas de troncos ligados e utilizadas para o transporte de gado e produtos. Já os botes eram menores, feitos a remo e vela, que serviam como armazém, mas também funcionavam como cozinha ou hospital.



FIGUEIREDO (1914)

As escolhas das embarcações utilizadas nas expedições eram pensadas de acordo com os objetivos de cada situação. As canoas eram um instrumento fundamental, por causa do conhecimento advindo dos indígenas e luso-brasileiros, e pelo fato de serem um meio de transporte que navegava no labirinto fluvial amazônico. É notório que, por influência dos indígenas, os colonizadores usaram as canoas para se locomover nas expedições realizadas nos rios amazônicos:

**Com os índios, aprenderam a usar as madeiras mais duráveis e resistentes e a escolhê-las segundo a sua durabilidade, peso e dureza ou ainda em função das dimensões da canoa, a usar o breu e a estopa na calafetagem e determinadas fibras vegetais (guaxima, embira) na confecção de cordas e toldos.**

**Conta a existência de obstáculos que condicionavam a velocidade (Domingues, 1991).**

Os luso-brasileiros aprenderam com os indígenas habilidades e técnicas para a construção das canoas, inclusive na escolha de materiais mais resistentes no processo da feitura das embarcações e em relação ao tamanho mais adequado e ao artifício de calafetagem. Esse conhecimento

interligado com a carpintaria e a pintura, se aperfeiçoou, não se podendo negar a importância desses sujeitos históricos e sua influência na prática e na aquisição de habilidades e em como suas tradições culturais foram necessárias para o desenvolvimento da construção naval no Brasil e, em especial, na Região Amazônica.

Em suma, as embarcações que surgem na Amazônia vêm a partir da evolução histórica marcada pela imposição da ação colonizadora e missionária portuguesa, sendo que as técnicas da construção de embarcações são advindas dos indígenas. Assim, seus conhecimentos desencadearam vários saberes na construção naval, resultando nas diversas embarcações com características amazônicas (Gualberto, 2012).

Logo, as embarcações vêm sendo estabelecidas **“historicamente entre colonizador e colonizado na Amazônia”** (Gualberto, 2012), fazendo emergir alguns tipos de saberes que são desenvolvidos a partir da “cultura de conversa”. No cerne desses saberes, transmitidos por gerações através da oralidade, acontece o alicerce da cultura miscigenada da região. Trata-se de um encontro de elementos culturais, que se propagam ao longo dos séculos até a chegada dos barcos a motor.

Os portos da Amazônia brasileira foram abertos no século XIX, em 1808, com a vinda de Dom João VI e a corte portuguesa para o país. Mas somente em 1867 foram liberadas as navegações, e a **“primeira companhia de navegação da Amazônia foi fundada pelo visconde de Mauá”** (Oliveira, 2020). Logo, houve a abertura do Rio Amazonas para o comércio mundial, sob influência de pressões internacionais:

**Embora a região do rio Amazonas e de seus afluentes fizesse parte oficialmente do conjunto da América portuguesa, desde o século XVIII, foi somente durante o século XIX que ocorreu sua efetiva incorporação política e econômica ao Império brasileiro. Nesse processo, os esforços da Corte do Rio de Janeiro para que a província do Grão-Pará se unisse às demais, declarando oficialmente sua ruptura política com Portugal - o que logrou alcançar somente em 1823 -, tiveram grande importância, mas de forma alguma garantiram a essa região inserção favorável no contexto do recém-criado Estado (Gregório, 2009).**

Em detrimento dos acontecimentos nesse período, como o despovoamento da Região Amazônica e a distância em relação ao centro político e econômico do império, que estava localizado a metros de distância de Belém, foram pensadas medidas para fortalecer o Império na região. E uma das ações foi, justamente, a introdução da navegação a vapor no Rio Amazonas. O barco a vapor surge como principal meio de desenvolvimento econômico.



MERRILL (ENTRE 1878 E 1910)

May 30 305

(72) 1.435.971 AA  
03/02/15

72

Por certo que, no início do século XIX, o governo da província tinha o interesse, junto a alguns comerciantes da época, em trazer a navegação a vapor para o Grão-Pará. O projeto era justamente que o acesso às vilas do interior fosse ajudar a “baratear o preço dos fretes” (Lopes, 2002, p.122). Isso por causa da quantidade de produtos e de mercadorias armazenadas em embarcações de grande porte, retirando as transações comerciais das mãos dos intermediários e aumentando a parcela de lucratividade dos negociantes.



## EU, BARCO

Durante um longo período a Amazônia se conectou através dos rios, fazendo com que a embarcação representasse um meio de comunicação local, viabilizando a vida sobre as águas (Corrêa, 2021). É nesse processo que surge a profissão de abridor de letras para a nomeação dos barcos. É importante ressaltar como se dava e se dá a tradição por trás da escolha dos nomes dos barcos, como essa escolha é pensada, se está relacionada com fatores como a religião ou família, que valor sentimental pesa para o pescador na hora da escolha da nomenclatura do seu barco. Ellen Corrêa (2021) propõe uma análise acerca da profissão dos abridores de letras, que materializam os nomes escolhidos pelos donos dos barcos.

Historicamente, os conhecimentos, habilidades e tradições culturais de indivíduos específicos contribuíram diretamente para a evolução na construção de barcos ao longo do tempo. Compreender a simbologia dos nomes das embarcações contribui também para o entendimento de histórias mais profundas, ligadas à construção dessas embarcações e à interferência de determinada população sobre o processo.

Narrativas essas ligadas a memórias individuais, que são aquelas relacionadas ao conjunto maior da memória coletiva, seja por um fragmento ou visão parcial de acontecimentos vivenciados pelo grupo (Halbwachs, 2006). Ao pensar dessa maneira, subentende-se que os pescadores/proprietários de barco teriam guardadas em suas memórias elementos para a escolha do nome das embarcações, que estaria ligada a questões hereditárias ou, até mesmo, associada às religiões, como a católica, a evangélica e as de matrizes africanas. A propósito, é comum os barcos terem nomes de santos ou santas, ou mesmo, deuses(as). Um entrevistado, a saber, relata:

**“A escolha da minha embarcação é Maranata, porque nós somos de entidade evangélica. Também é uma frase: ã hora vem senhor jesus. É tipo adoração a Deus” (Pescador C.).**



Na pesca artesanal essas questões são mais perceptíveis. A razão é a intimidade da relação do proprietário com seu barco, podendo haver intervenção da questão familiar através da escolha do nome de um filho, neto, cônjuge, ou alguém cujo significado é importante na vida deste sujeito (Corrêa, 2021). Logo, o barco pode contar muito da história de um indivíduo a partir da escolha do seu nome, pois essa designação está vinculada a um sentimento e, assim, registra a sua própria identidade. Portanto, as embarcações, muitas vezes, assumem um lugar de representatividade. Ao recordar a história, é possível observar que os donos das embarcações remontavam ideias do seu período, diferente nos dias hoje, onde cada região registra sua raiz na construção de barcos.

A partir da ciência dos simbolismos que a embarcação pode carregar, entende-se que, historicamente, a nomenclatura das embarcações pode ser encontrada em diversos lugares onde há homens no mar, caracterizando identidades próprias. Por isso, nomear barcos significa dar vida e personalidade **“ao meio de transporte que por muito anos na história foi o principal responsável por permitir ao homem desbravar o desconhecido”** (Perin, 2020).

Na antiga Polinésia, por exemplo, a construção de uma canoa envolvia um evento religioso, que abrangia do corte da árvore ao lançamento ao mar. Com o trabalho artesanal pr, esse contexto era carregado de simbolismo, envolvendo técnica e mobilização social. Nas cerimônias lolo ana i ka wa' a<sup>1</sup>, realizadas pelos sacerdotes, era atribuído um nome à nova canoa, como se ela obtivesse alma. A embarcação passava a ser concebida como um membro da comunidade (Perin, 2020).

1 O nome havaiano para a cerimônia de batismo é lolo ana i ka wa'a, uma expressão que pode ser traduzida como “do cérebro a uma canoa”.

A escolha do nome da embarcação representa, para o dono, um momento especial, em que há a busca de inspirações como: homenagens; uma simbologia de momentos de vida; importância e significado do barco para si. É o que aponta um entrevistado cuja embarcação se chama “Missionária”:



**O significado dela, da minha embarcação [...] porque botei o nome de missionária, eu sempre estava à disposição da missão, quando no tempo que padre Edmundo andou por aqui e, às vezes, me procurava para sair nas missões pra esses lugares, como Campo do Sal. Aí, eu sempre me colocava à disposição. Eu também me inspirava na missão de Maria, e hoje eu vejo na terra a nossa missão também de fazer o mesmo, colocar a serviço do outro (Pescador A.)**

Nesse caso, a escolha do nome da embarcação é um dos fatores que dá indícios sobre a identidade do dono do barco, por causa da relação estabelecida. Ela representa, portanto, algo que marcou a vida daquele sujeito, fazendo referência a essa relação sentimental, refletindo na homenagem a uma pessoa ou figura considerada importante para ele.

Para cada tipo de embarcação, há um formato de letra adequada, fato que também deve ser levado em consideração. Há, enfim, vários fatores que influenciam na hora da pintura e escrita do nome do barco. Partindo disso, o abridor de letras transmite uma mensagem fazendo uso da escrita, tipografia etc.

## O MAR E OS MONSTROS

Ellen Corrêa (2021) afirma que os barcos não têm valor apenas econômico para cidade, mas fazem parte da família do dono daquela embarcação. Fato reafirmado pelo processo de escolha do nome.

**Em Pirabas, olhei com atenção as quase 200 embarcações (de acordo com levantamento feito em 2018 pela Secretaria de Pesca do Município de São João de Pirabas) de pequeno, médio e grande porte existentes nessa cidade e pude perceber que há inúmeras interações sociais que se estabelecem a partir dos nomes que são conferidos aos barcos nesse lugar e que podem trazer à tona a religiosidade, saberes, etnias, costumes e práticas de um povo em particular (Corrêa, 2021).**

A opção por nomes relacionados à religiosidade é uma forma de pedir proteção nas viagens pelas águas. Segundo Julia Tomás (2011), o mar provoca um misto de sentimentos relacionados ao medo, à imensidão, ao poder da natureza, às forças cósmicas e à glória divina:

**A Odisseia de Homero é baseada em mitos da Grécia Antiga e descreve com clareza a hierarquia familiar dos deuses do Olimpo, filhos dos Titãs. Conhecemos, assim, deuses e outros seres marinhos do mundo helénico, dos quais o mais poderoso é Poseidon, Senhor e Rei do mar. Poseidon (o equivalente romano é Netuno), à imagem do mar, pode ser benigno formando novas ilhas e oferecendo águas calmas. No entanto, se o ofenderem (o que acontece facilmente), o deus bate com o tridente no chão provocando maremotos e cruéis vendavais que causam afogamentos e naufrágios (Tomás, 2011).**

Retoma-se aos mitos da Grécia antiga, que trazem para o imaginário da humanidade vários deuses aquáticos e monstros marinhos. Nesse ínterim, os deuses e os heróis que vencem as criaturas ameaçadoras são personificações de fenômenos naturais que o homem não conseguia entender e que pareciam ser forças do mal (Tomás, 2011). São histórias que persistem e se modificam, tornando-se mais próximas dos seus narradores. É o caso desse relato, feito pelo pescador B., ao lembrar as narrativas da avó de quando iam para o mar:



**Eu pesquei nos costeiros mais próximo daqui de Pirabas, eu vi uma vez. Nós arrastando as redes na beira da praia, um fenômeno que eu encontrei, uma coisa que me surpreendeu porque meus pais iam arrastando a rede da frente na praia e eu atrás com vasilhame para juntar os pescados que eles iam jogando na beira na praia para eu recolher. E nisso eles se adiantaram um pouco de mim na frente redando, e eu juntando aqui. Quando acabei de juntar, levantei a cabeça e vi aquele bicho saindo da água, tipo um animal na praia do buraco, a última praia de fora. Eu comparei igual a um animal, parece um boi (Pescador A.).**

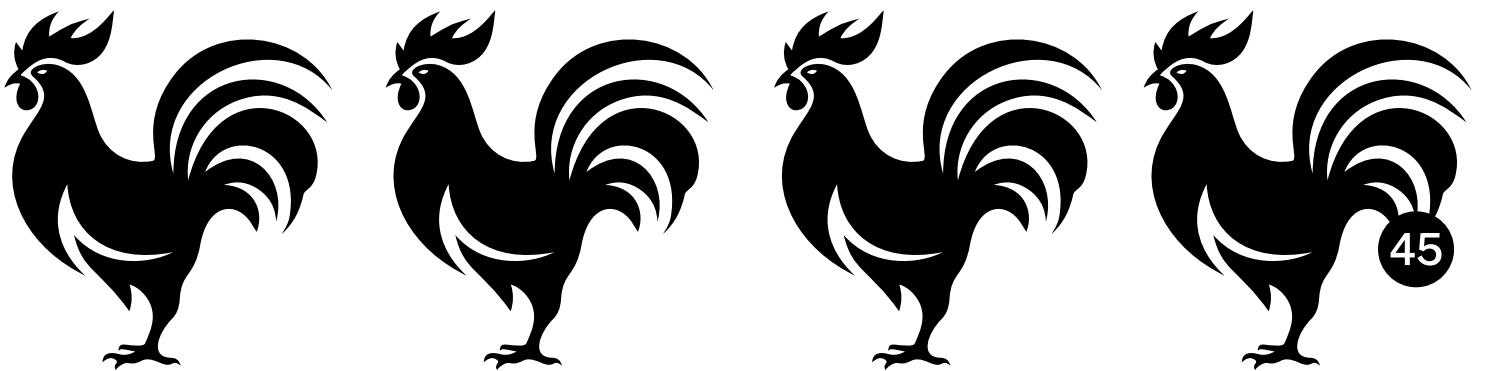


O mar possui, assim, um valor espiritual, trazendo inspirações mitológicas e religiosas. Desde a antiguidade, desbravar os grandes mares é um ato de coragem, que envolve também a fé. Em suma, **“as crenças e superstições dos marinheiros passam de boa por causa do medo do desconhecido”** (Tomás, 2011), onde os marinheiros mais velhos contavam para os novos sobre suas histórias no mar. O relato de outro pescador reforça a narrativa anterior:



**Eu já vi uma vez que eu estava com amigos da pesca. Onde estava na maré, deitado, lá em cima da praia, que nós escutamos um tropel de um cavalo no galope, passou perto de nós. Mas ninguém viu, apenas escutamos. Era noite, estava luar, só ouvimos a trepidação do cavalo (Pescador B.).**

O galo também é figura recorrente no imaginário dos pescadores. Ele aparece nas narrativas do pescador D.: **“Agora, eu já ouvi quando vou pescar um canto de um galo lá para cima da torre do Rei Sabá”** (Entrevistado D.) e F.: **“na zona do alto, onde a gente pesca o pargo, escuto uma expressão de galo, assobio, como se fosse uma pessoa, só que a gente não vê”** (Entrevistado F.).



São histórias que se perpetuam por gerações e, muitas vezes, estão associadas a tradições locais. O entrevistado C., por exemplo, fala que o seu tio, hoje com 109 anos, conta sobre a aparição de um descendente africano na Ilha da Fortaleza, onde acontece a Festividade do Rei Sabá. Lá, o visitante teria consagrado a pedra como encantada e deixado o pedido de que dessem continuidade à festa. A Pedra do Rei Sabá, por si só, já carrega uma simbologia de encantaria muito forte. Além disso, relatos relacionados à cavalos também se repetem entre os entrevistados:

**Eu ouvia histórias que meu pai contava quando ele ia para maré, da Ilha da Fortaleza, na Pedra do Rei Sabá. Meu pai, ele viu muita formatura através do Rei Sabá. Conta que uma vez que estava pescando, e lá existia duas pedras na formatura de um coração, tinha uma grandona e uma menor. Meu pai pescando, e ele botou o espinhel na beira, pela água na cintura. Ele vem para beira, perto da pedra, essa pedra era conhecida como o coração do Rei Sabá, ele adormeceu perto da pedra, e quando acordou viu uma cavalaria em cima dele (Pescador D.).**

Essas histórias despertam para um sentimento que tende a fazer parte da vida do pescador. No entanto, mais do que o temor por monstros e criaturas desconhecidas, as fontes demonstraram ter medo do próprio mar, das embarcações naufragarem e não voltarem para suas casas: **“eu peço a proteção quando eu saio, faço o sinal da cruz, me recomendo a Deus, penso no meu lar, na minha família, nos meus filhos, da gente ir e voltar em paz”** (Entrevistado D., 2023, informação verbal).

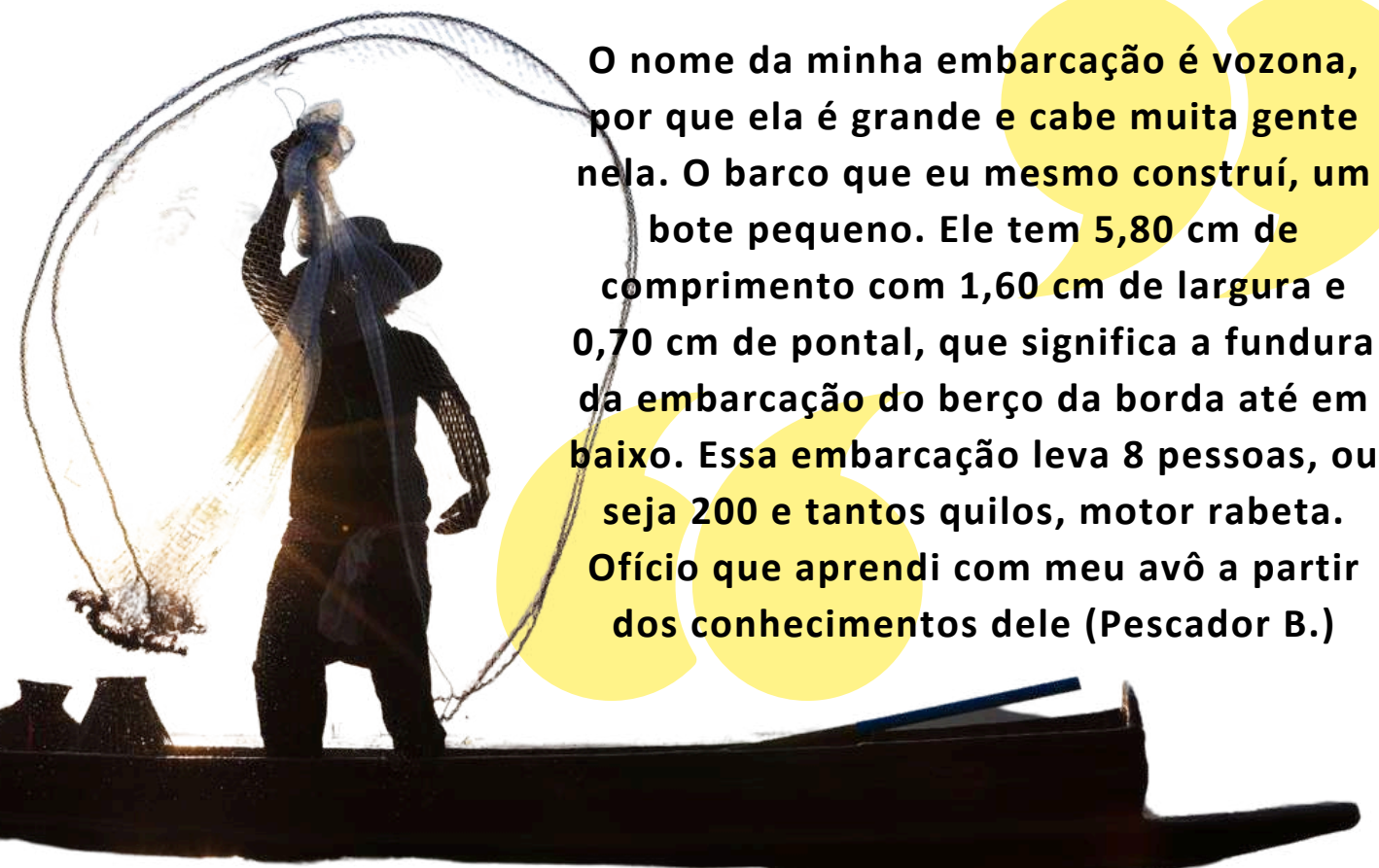
Quando questionado se já sentiu medo durante as viagens e qual seria esse medo, E. responde de forma direta: **“Já tive medo de naufragar no mar”** (Entrevistado E., 2023, informação verbal). O entrevistado F. (2023) reitera que a formação de tempestades é umas maiores pressões vivenciadas por quem segue essa profissão. As respostas reforçam que os anseios dos pescadores pirabenses se assemelham aos de outros povos, que já os relatavam há séculos. Apesar do avanço tecnológico, com um maior conhecimento sobre o globo e embarcações mais desenvolvidas, as viagens marítimas ainda estão cercadas de mistérios.

**Olha, antigamente [...] hoje tá tudo moderno, as embarcações aqui eram tudo a remo, não tinha esse negócio de vela, era remando. O pescador era humilde, era uma vila, principalmente passando pelo município de Salinas, e depois passou para a Primavera.**



**Então, tudo aqui era canoa a remo usada pelos pescadores, depois já foram melhorando de situação, foi entrando a modernização através da vela e forma, fazendo pano para canoa, que já não dependia só do remo. Claro que dependia das condições de comprar o pano (Pescador A.).**

**Sempre realizo, eu peço a proteção quando eu saio, faço o sinal da cruz, me recomendo a Deus, penso no meu lar, na minha família, nos meus filhos, da gente ir e voltar em paz (Pescador D.).**



**O nome da minha embarcação é vozona, por que ela é grande e cabe muita gente nela. O barco que eu mesmo construí, um bote pequeno. Ele tem 5,80 cm de comprimento com 1,60 cm de largura e 0,70 cm de pontal, que significa a fundura da embarcação do berço da borda até em baixo. Essa embarcação leva 8 pessoas, ou seja 200 e tantos quilos, motor rabeta. Ofício que aprendi com meu avô a partir dos conhecimentos dele (Pescador B.)**



# REFERÊNCIAS

BARROS, Ana Paula Alves. **Ornamental Vitoriana**. 12 jun. 2017. figura. Disponível em: <http://www.anabarrosescaligrafia.com.br/2017/06/ornamental-vitoriana.html>.

BRITO, Tiago Pereira et al. Caracterização socioeconômica e tecnológica da atividade de pesca desenvolvida em São João de Pirabas-Pará-Brasil. **Ambiência**, v. 11, n. 3, 2015.

**CONCURSO - Nossa Caravela...** [S. l.], 25 out. 2014. Disponível em: <https://eluismadureira.blogspot.com/search?updated-max=2014-10-29T00:43:00-07:00&max-results=6&start=18&by-date=false>.

CORRÊA, Ellen Cristina da Silva; SILVA, Luciana Evangelista da; BARBOZA, Roberta Sá Leitão. Estudos coloniais e decoloniais nos nomes das embarcações de pesca do município de São João de Pirabas-Pará. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, p. e2949107760-e2949107760, 2020.

\_\_\_\_\_. **Nomes a navegar: saberes, práticas e significados nos nomes das embarcações pesqueiras de Bragança-Pará**. Orientador: Prof. Dr<sup>a</sup> Roberta Sá Leitão Barboza. 2021. 122 f. Dissertação (Mestre em Estudos Antrópicos na Amazônia) - UFPA, Castanhal, 2021.

DOMINGUES, Ângela. **Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura**. Instituto de História de Além-Mar, FCSH-UNL, 1991.

FERREIRA, Elias Abner Coelho. **Oficiais canoeiros, remeiros e pilotos Jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia colonial portuguesa (1733-1777)**. Orientador: José Alves de Souza Junior. 2016. Dissertação (Mestre em História) - UFPA, Belém, 2016.

FIGUEIREDO, Fonte: Franklin Santiago Poggio de. **Jangadas**. 1914. fotografia.

FÓRUM, Fernandinho do. A arca de Noé e o Titanic – (Gn 6.14). **Recanto das letras**, Muniz Freire, 14 abr. 2002. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/artigos-de-religiao-e-teologia/4795862>.

GASPAR, Janaina de Abreu; FERREIRA, Marlette Cassia Oliveira. Com quantos paus se faz uma canoa? a arte do conhecimento empírico na construção de uma embarcação típica caiçara e sua importância para a preservação cultural. **RETEC-Revista de Tecnologias**, v. 4, n. 1, 2011.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. O progresso a vapor: navegação e desenvolvimento na Amazônia do século XIX. **Nova economia**, v. 19, p. 185-212, 2009.

GUALBERTO, Antônio Jorge Pantoja. História e Memória da Carpintaria Naval Ribeirinha da Amazônia. **VI Simpósio Nacional de História Cultural**, 2012.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. A Festa do Rei Sabá em São João de Pirabas, Pará, Brasil. **Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 24, n. 2, p. 253-266, 2014.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HOFFMANN, Carol. **Letras que flutuam: tipografia popular nortista**. 12 jan. 2015. Fotografia.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LOPES, Siméia de Nazaré. **O Comércio interno no Pará Oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855**. Orientadora: Rosa Elizabeth Acevedo Marin. 2002. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2002. Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/3412>.

LÓSSIO, Rúbia Aurenívea Ribeiro; PEREIRA, Cesar de Mendonça. A importância da valorização da cultura popular para o desenvolvimento local. **III ENECULT–Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, v. 23, 2007.

MARTINS, Fernanda de O. **Letras que flutuam – O universo ribeirinho e a tipografia vitoriana**. Monografia apresentada ao Curso de especialização em Semiótica e Cultura Visual da Universidade Federal do Pará, 2008.

\_\_\_\_\_. **Letras que flutuam: territórios fluidos da Amazônia**. In: OLIVEIRA, Alfredo Jefferson de; FRANZATO, Carlo; GAUDIO, Chiara Del (org.). **Ecovisões projetuais: pesquisas em design e sustentabilidade no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Blucher Open Access, 2017. cap. 26, p. 335-348.

MERRILL, Dana. B. **[...] ho on the Madeira River**. Entre 1878 e 1910. Fotografia.

MONTEIRO, Ney Marino. As grandes navegações e o descobrimento do Brasil. **Revista da Escola Superior de Guerra**, n. 40, p. 188-209, 2001.

OLIVEIRA, Leandro Vilar. O barco dos mortos: um estudo sobre o rito de cremação dos vikings. **Caminhos-Revista de Ciências da Religião**, v. 18, p. 202-219, 2020.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. De todos os santos a Lúcifer: uma história do tráfico e de traficantes depois do fim do tráfico. **Niterói: Universidade Federal Fluminense**, 2009.

PEREIRA, Natália Cristina Rodrigues; AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas. Design vernacular: Traços urbanos da cultura amazônica. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, Foz do Iguaçu, set. 2014.

PERIN, Luiza. **Vou de Canoa: Um olhar sobre a cultura polinésia e outras histórias do mar**. Edite, 2020.

PESCADOR A. Entrevista I. [nov. 2023]. Entrevistadora: Ana Paula Da Costa Barros. São João de Pirabas: UFPA, 2023. 1 arquivo .m4a (6:29 min).

PESCADOR B. Entrevista II. [nov. 2023]. Entrevistadora: Ana Paula Da Costa Barros. São João de Pirabas: UFPA, 2023. 1 arquivo .m4a (5:53 min).

PESCADOR C. Entrevista III. [nov. 2023]. Entrevistadora: Ana Paula Da Costa Barros. São João de Pirabas: UFPA, 2023. 1 arquivo .m4a (6:09 min).

PESCADOR D. Entrevista IV. [nov. 2023]. Entrevistadora: Ana Paula Da Costa Barros. São João de Pirabas: UFPA, 2023. 1 arquivo .m4a (8:55 min).

PESCADOR E. Entrevista V. [nov. 2023]. Entrevistadora: Ana Paula Da Costa Barros. São João de Pirabas: UFPA, 2023. 1 arquivo .m4a (7:09 min).

PESCADOR F. Entrevista VI. [nov. 2023]. Entrevistadora: Ana Paula Da Costa Barros. São João de Pirabas: UFPA, 2023. 1 arquivo .m4a (4:02 min).

PESSOA, Simão. **Sexo das igarités**. 18 jun. 2013. fotografia. Disponível em: <https://simaopessoa.blogspot.com/2013/06/o-sexo-das-igarites.html>. Acesso em: 10 out. 2023.

RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa**: escravos, marinheiros, intermediários do tráfico negro de Angola ao Rio de Janeiro. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

SANTANA, Luciana Wolff Apolloni; SENKO, Elaine Cristina. Perspectivas da Era Vitoriana: sociedade, vestuário, literatura e arte entre os séculos XIX e XX. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, n. 10, p. 189-215, 2016.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFS, 2021. 121 p.

SOARES, Martinho Guilherme Fonseca. Navegando em águas profundas: o estatuto social dos nautai na Odisseia. **Temporalidades**, v. 10, n. 3, p. 249-271, 2018. em: <https://www.dialogosmediterraneos.com.br/RevistaDM/article/view/209>.

SOUZA, Wanessa. **As Grandes Navegações e o Descobrimento do Brasil**. 2007.

TOMÁS, Júlia. O imaginário do mar na constituição da identidade portuguesa. **II Congresso CITCEM O Mar: Patrimónios, Usos e Representações**. Universidade do Minho. 2011.



JULIANA CARVALHO (2023)

# 3

## CORREDOR DO MEL

*Juliana Carvalho*



A dois quilômetros da rotatória que dá acesso à sede de São João de Pirabas está a Vila do Mel. A motivação do nome fica evidente pela presença das barracas posicionadas nos dois lados da Rodovia PA-124. Nelas, são vendidos outros produtos derivados da apicultura, como própolis, pólen, geleia real e pão de mel. Alguns dos moradores locais apenas fazem a revenda, enquanto outros criam as abelhas e fazem o processamento do mel para que ele esteja pronto para chegar ao comércio e à mesa do consumidor.

Na Vila do KM 40, também está situado o entreposto gerido pela Prefeitura Municipal. Apesar de ter o registro industrial e espaço para o beneficiamento de produtos da abelha, apenas o mel é processado nas instalações. Isso porque elementos como o própolis e a cera, por exemplo, não são classificados como comestíveis, pois têm fins medicinais, exigindo assim um espaço próprio para o seu manejo. Pelo menos uma estrutura dentro da própria instalação que já existe.

A princípio, a Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAG) realizou o cadastramento dos fornecedores desse mel junto à Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ). Medida necessária para a liberação do selo de inspeção a partir da garantia da origem da matéria prima. Essa parte é importante, pois a indústria só pode receber de apicultores devidamente cadastrados, respeitando a questão da rastreabilidade até o produto final.



Em seguida, iniciou-se o beneficiamento de fato. O médico veterinário Anderson Rodrigues, responsável pela qualidade do produto, explica que o mel chega em baldes no entreposto, onde é pesado e identificado de acordo com o fornecedor para que haja ciência de sua origem. O próximo passo é enviar o produto para avaliação:

**E aí nós coletamos amostra e enviamos para o laboratório em Belém para que a gente tenha realmente a confirmação se aquilo é mel, se houve algum tipo de alteração ou falsificação ou se o mel tá realmente adequado para o consumo. Por exemplo, alguns problemas que a gente pode encontrar é não só a questão da falsificação, mas também a maturação dele. O mel, por exemplo, tá guardado há muito tempo, ou ele tem um índice de umidade elevado, ele pode tá causando algum problema de saúde também. A partir do momento que a gente confirma a entrada do mel no entreposto, na indústria, que a gente chega com o laudo indicativo que ele tem uma qualidade, a gente dá seguimento ao beneficiamento (Anderson Rodrigues).**

E quando o assunto é qualidade o mel pirabense é referência. Isso por causa da florada do mangue, que traz o diferencial do sabor salobro. Com isso, o produto **“tem notoriedade para ser um mel com indicação geográfica, romper fronteiras e virar um produto de exportação”** (Tadeu Rosa, antigo secretário municipal de Agricultura). Quem teve essa visão de negócio foi o ex-prefeito João Bosco Rufino Moisés (2000 - 2008). Por isso, até hoje muitos apicultores atribuem sua profissão à ele.





**Eu aprendi no tempo do finado Bosco Moisés. A primeira oportunidade de trabalho e ele me deu pra mim trabalhar na fazenda dele, onde tinha criação de abelha. Eu cheguei lá, já conhecia uns colegas de vista, e ele falou: Ensina esse rapaz aqui, que daqui uns tempos ele vai andar com suas próprias pernas. Comecei a trabalhar, vi que não era alérgico a ferroada. Trabalhei uns três anos e vi que meu pai tinha uma área própria e comecei a colocar uma, duas, três caixas e hoje faz 18 anos que eu tô na apicultura (Waltinho Pinheiro)**

Segundo o entrevistado, trabalhar com as abelhas exige dedicação, amor e muita força de vontade. Na época a qual se refere, a venda e exportação do mel era mais complexa, fazendo com que muitos apicultores desistissem da prática. Com a implantação do entreposto e a Feira do Apicultor, que acontece anualmente, essa realidade foi modificada. São 56 barracas na extensão da Vila e há espaço para todas.

Outra estratégia que contribuiu bastante para a saída do produto foi a criação da identidade da Vila do Mel, que contempla os turistas que estão em deslocamento para o município de Salinópolis. Nesse contexto, alguns vendedores buscam apresentar algum diferencial.

Waltinho, por exemplo, criou sua própria marca, a “Favos de Mel”. Hoje, ele repassa os produtos para supermercados e outros comércios do município. Um dos seus carros chefe é o mel composto, que leva própolis, copaíba, gengibre, alho, entre outros ingredientes. Ele garante

que a mistura ajuda a melhorar tosse, chiado no peito e, até mesmo, a asma. Satisfeitos, os clientes são fidelizados. Uma vitória para quem começou revendendo os produtos na cidade vizinha, trabalho de sol a sol por uma diária.



Com o passar do tempo, ter o próprio apiário e vender nas barracas, normalmente situadas na frente de suas moradias, se tornou uma opção mais viável e lucrativa para essa comunidade. Patriarca do Apiário Família, Jonas Santa Brígida começou suas atividades na área de forma diferente, como pode ser observado em sua narrativa:

**Eu comecei em 2012, 2013, através do Joel, que trabalhava em São João de Pirabas e passava aí todo dia. Aí eu conheci ele e perguntei se ele não queria dar uns mel pra mim vender. Aí comecei a aperrear pra ele trazer pra mim. Ele trouxe cinco litros e eu coloquei lá na beira da pista, ainda roubaram dois e eu consegui vender três, aí ele trouxe de novo e eu comecei a vender mel pra ele (Jonas Santa Brígida).**



As fontes explicam que há muitas famílias que desejam trabalhar na área hoje em dia, mas não conseguem avançar devido à falta de incentivo. O capital inicial, segundo elas, é de aproximadamente dez mil reais, pois inclui o macacão e botas, as caixas e o trabalho de marcenaria, fumigador etc. Além disso, são cobradas cada vez mais capacitações, de forma que consigam alinhar a teoria com a prática.

Jonas, como um dos pioneiros a implantar e cuidar das caixas, explica que essa formação é indispensável. Para conseguir ter os produtos da abelha como sua base de subsistência, ela relembra que passou por muitos prejuízos devido à falta de experiência e informações desencontradas. **“O mel, pra mim, ele representa a base de tudo, principalmente em termos financeiros. É através dele que a gente compra e constrói as coisas”** (Jonas Santa Brígida).

As atividades se estenderam para outros membros da família. Sua esposa Marcleide Amoras, a Branca, trabalha com o pão de mel. Ela, que auxilia na manutenção das caixas, chama atenção para o fato de que cada vez mais mulheres têm ocupado espaço na apicultura local. **“Nós dependemos praticamente 100% da venda do mel, pra alimentação, pagar conta, pra tudo. É a nossa forma de sobrevivência, sem contar que a utilidade dele vai muito além do que imaginamos, vai no café, no chá, no biscoito”** (Marcleide Amoras).





Entre as espécies cultivadas na área está a abelha africanizada, resultado do cruzamento da abelha africana com as europeias, a ibérica e italiana. Essa espécie também é conhecida como “abelha assassina”, por estar constantemente na defensiva e a possibilidade de suas picadas levarem à morte por choque anafilático no caso de pessoas alérgicas.

Outra espécie, que tem ganhado cada vez mais espaço no mercado, é a Abelha Melipona, ou sem ferrão. Normalmente utilizada para fins medicinais, ela tem em torno de 70% a 75% de concentração de açúcar, tendo uma consistência mais líquida que o mel da africanizada. De acordo com a Associação Brasileira de Estudos das Abelhas (A.b.e.l.h.a., 2022), também tem um sabor mais azedo e possui aromas peculiares, que vão dos florais intensos aos amadeirados, ou mais azedos. Essa mudança vem da fermentação desse mel.

O mel da Abelha Uruçu chama atenção pelas suas propriedades. O líquido é rico em vitaminas e minerais, tais quais cálcio, fósforo, potássio, ferro, manganês e cobalto.

Diante dessa realidade, pode-se afirmar que, apesar da vocação econômica de São João de Pirabas ser o pescado, a área da apicultura e meliponicultura vem tomando destaque e se tornando um ativo econômico na região. Por meio de uma parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), a prefeitura consegue atender 60 famílias na cadeia produtiva do mel. No início, eram apenas 15.

Há, ainda o apoio da Cooperativa dos Apicultores de Agricultores do Nordeste Paraense (Agromel), que atende o comércio por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ambos do Governo Federal. Busca assim, melhorar a qualidade da merenda escolar e a qualidade de vida de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social. Além disso, visa-se o mercado institucional.

A Cooperativa representa a classe **“dá apoio, faz a embalagem, o sachê, traz cursos, todo tempo a gente procura aprender alguma coisa diferente. A gente se especializa pra levar pro apiário e poder trabalhar”** (Nilton Tavares, apicultor). Por ser nova, no entanto, ela ainda está se capitalizando.

O resultado é o reconhecimento e a visibilidade, que se evidenciam por meio da participação em eventos como exposições e feiras gastronômicas e de turismo. O próximo passo é conquistar a certificação nacional, o registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF), juntamente com a indicação geográfica.

Com a localização no Cinturão Verde, cuja fonte de captação do néctar é a florada do mangue, a coloração e propriedades do mel sofrem influência e ganham pontos. Isso porque o mangue é pouco acessado pelo homem, não tendo agrotóxicos ou outras substâncias nocivas. Caracteriza-se, assim, como um mel de mesa.

Essa riqueza, contudo, tem sido ameaçada. O desmatamento e outros fatores acabam prejudicando a produção e a própria sobrevivência das abelhas, que são indispensáveis para a polinização das plantas. Ameaça também a sobrevivência de pessoas que dependem da floresta. Daí, a importância das Áreas de Preservação Ambiental. O apicultor Nilton Tavares relata que nos últimos anos a mudança se apresenta de forma radical e quem produzia uma tonelada, hoje consegue produzir meia.



**Quando eu comecei a criar abelha, eu aprendi muito a proteger a natureza, porque a gente sabe que as abelhas precisam das flores pra tirar o néctar, o pólen, a gente não faz mais aqueles queimados que a gente fazia. O mel de Pirabas é muito conhecido, muito falado, até mesmo quando o prefeito João Bosco Moisés começou, ele levou o mel pra fazer análise em três laboratórios diferentes e o daqui deu em primeiro lugar. Nós temos mais de 300 espécies de flores aqui na região e acredito que essa qualidade é por causa dessa riqueza que a gente tem da natureza. Pena que em algumas partes já estão devastando tudo, mas creio que essa consciência vem com o tempo (Nilton Tavares)**

Os produtores alertam para a necessidade de se organizar melhor, de receber mais atenção dos gestores. Esse cuidado é essencial para evitar, ou pelo menos adiar, a extinção dos produtos da apicultura, bem como o aumento do preço destes. Mas essa questão vai além, afinal **“se a abelha sumir do nosso planeta, aí é questão da gente não sobreviver mais”** (Waltinho Pinheiro).

Em uma realidade em que as próximas gerações vêm na apicultura uma perspectiva de futuro, esse quadro ganha ainda mais corpo. O filho de Waltinho, de 17 anos, já acompanha o pai nas atividades. Apesar de não gostar de ficar nas vendas, o rapaz já criou afinidade com a lida direta com as abelhas. O apicultor reforça que **“já é uma força muito grande, porque antes eu ia sozinho, eu e Deus. Isso vai favorecer muito ele, porque a gente não sabe até quando vai ficar nessa terra”** (Waltinho Pinheiro).

Com a fama se espalhando, as opções também aumentam. Em algumas barracas, já é possível encontrar diferenciais, como o mel com favo e até mesmo geleia real. Até quando continua essa produção, cabe ao próprio ser humano decidir.



**A floresta não depende de nós, né, Nós que precisamos da floresta, na verdade. E nós precisamos da abelha também, porque sem abelha, sem alimento. Segundo os estudiosos, nós temos de vida só cinco anos. Ela quem faz a polinização de todas as plantas, ela quem faz todo o serviço! (Jonas Santa Brígida)**

**Todo mundo consegue vender, quando Deus fez o sol não foi só pra uma pessoa. Ele clareia pra todos! (Nilton Tavares)**

**A abelha vai buscar o mel 1,5 KM. Inclusive lá no terreno do Axindeua tinha reflorestamento, né? Eucalipto, paricá, tudo tinha lá e as minhas abelhas eu tinha certeza que elas iam procurar os produtos de lá porque eu sabia quando era mel de eucalipto. É um mel escuro, um mel muito gostoso. Nesse tempo eu via a diferença. Depois que desmataram lá, levaram as madeiras, caiu muito. De um ano pro outro, minha produção foi baixíssima (Waltinho Pinheiro).**



# SE LIGA NA DICA!

O documentário “Corredor do Mel” (2024) reúne entrevistas de apicultores e outros profissionais ligados à prática em São João de Pirabas, nordeste paraense. Além de mostrar a riqueza e o diferencial do mel local, chama atenção para mudanças ambientais que ameaçam as abelhas e toda a natureza.

Projeto contemplado no edital “Cultura e Desenvolvimento: Construindo arte” – Lei Paulo Gustavo, São João de Pirabas/PA.

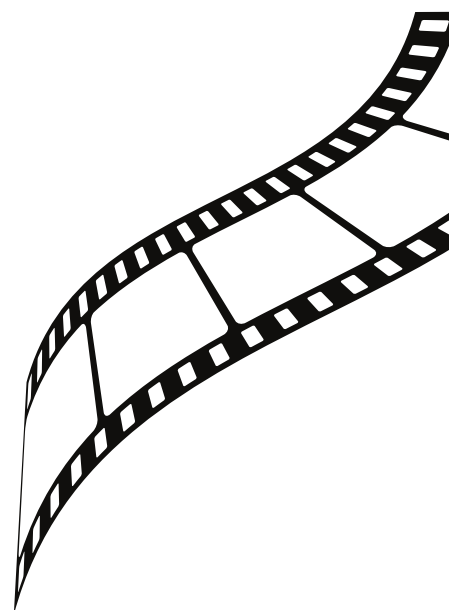
## Ficha técnica

**Direção:** Juliana Carvalho

**Imagens e edição:** Thyago Fonseca e

**Entrevistados:** Anderson Rodrigues, Jonas Santa Brígida, Marcleide Amoras, Nilton Tavares, Waltinho Pinheiro, Socorro Fonseca, Tadeu Rosa.

**ASSISTA EM:** [https://www.youtube.com/watch?v=4f6P\\_wW-ZWg&t=3s](https://www.youtube.com/watch?v=4f6P_wW-ZWg&t=3s)



# REFERÊNCIAS

AMORAS, Marcleide. Entrevista II. [fev. 2024]. Entrevistadora: Juliana Neves Carvalho Costa. São João de Pirabas, 2024.

CORREDOR do mel. Direção: Juliana Carvalho. Produção: Juliana Carvalho. Roteiro: Juliana Carvalho. Fotografia de Thyago Fonseca. São João de Pirabas: [s. n.], 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pAisgO5Da7U>. Acesso em: 14 nov. 2024.

FONSECA, Maria do Socorro. Entrevista III. [fev. 2024]. Entrevistadora: Juliana Neves Carvalho Costa. São João de Pirabas, 2024.

PINHEIRO, Waltinho. Entrevista V. [fev. 2024]. Entrevistadora: Juliana Neves Carvalho Costa. São João de Pirabas, 2024.

RODRIGUES, Anderson. Entrevista VII. [fev. 2024]. Entrevistadora: Juliana Neves Carvalho Costa. São João de Pirabas, 2024.

ROSA, Tadeu. Entrevista VI. [fev. 2024]. Entrevistadora: Juliana Neves Carvalho Costa. São João de Pirabas, 2024.

SAIBA mais - Por que o mel das abelhas sem ferrão é tão diferente?. Direção: A.B.E.L.H.A. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Xs0J\\_6LFFsw](https://www.youtube.com/watch?v=Xs0J_6LFFsw). Acesso em: 9 out. 2024.

SANTA BRÍGIDA, Jonas. Entrevista I. [fev. 2024]. Entrevistadora: Juliana Neves Carvalho Costa. São João de Pirabas, 2024.

TAVARES, Nilton. Entrevista IV. [fev. 2024]. Entrevistadora: Juliana Neves Carvalho Costa. São João de Pirabas, 2024.



JULIANA CARVALHO (2023)



# 4

## SER NEGRO: A IDENTIDADE QUILOMBOLA AXINDEUA



*Juliana Carvalho*  
*Solange Maia*

Com a proposta de estudar a noção de pertencimento e a identificação enquanto quilombola de moradores do Axindeua, comunidade centenária situada no município de São João de Pirabas, Solange da Fonseca Maia escreveu um manifesto pelo povo negro. Assim, ela visou estudar as relações de poder que influenciam no cenário da Vila, seja através de políticas públicas, seja pelo reconhecimento dessa identidade por parte dos gestores.

A pesquisa partiu do questionamento acerca do que ocasiona a invisibilidade da identidade quilombola da comunidade da Vila do Axindeua; do ser ou não ser quilombola, tendo em vista que a terra não é reconhecida, o que aparentemente gera um conflito dessa população em relação à sua própria identidade.

Em uma pesquisa prévia, observou-se que há diversas dúvidas entre os moradores da Vila sobre sua identidade quilombola. Entende-se que esse fator decorre da falta de reconhecimento por parte do Estado e da ausência de políticas públicas no lugar. É necessário, portanto, refletir se há, de fato, a construção de uma identidade quilombola nessa comunidade; Qual a relação dessa identidade com o território da Vila do Axindeua; Que elementos constituem essa identidade; Como/qual é a atuação do Poder Público no reconhecimento desse território/comunidade enquanto quilombola.

Vale ressaltar que os moradores do Axindeua têm sua identidade cultu-

ral conectada aos seus descendentes. Campos (2008) reforça que a discussão acerca da identidade étnico racial brasileira perpassa por uma série de narrativas que levam a um certo desconforto do indivíduo em assumir a qual grupo se sente pertencente. Em complemento, Castells (1999) pontua que as relações de poder estão sempre presentes na construção da identidade, o que destaca o papel da administração pública nesse processo de reconhecimento identitário.

Apesar da importância do debate, a questão da identidade quilombola da “Vila do Axindeua” é totalmente invisibilizada. Merece, com isso, atenção. Espera-se que essa investigação contribua para que os moradores da Vila encontrem esse lugar de pertencimento e tenham autonomia para lutar por seus direitos.

As entrevistas realizadas no segundo semestre de 2023 e no primeiro semestre de 2024 buscaram um aprofundamento a partir dos relatos de personagens fundamentais para a compreensão do assumir, ou do não, da identidade quilombola, tendo em vista as narrativas orais. Elas foram realizadas durante as visitas ao local, gravadas e transcritas. Uma forma de escutar as vozes dos verdadeiros protagonistas da história de Axindeua, muitas vezes silenciadas pelo racismo.



## A VILA DO AXINDEUA

A Vila do Axindeua está a doze quilômetros do centro de São João de Pirabas e a cinco quilômetros da Rodovia PA 324. Atualmente, 61 famílias moram no local, totalizando 188 habitantes, de acordo com o cadastro realizado pelo Agente Comunitário de Saúde, que elaborou um mapa destacando alguns pontos importantes da Vila, como o rio e igreja:



O embate acerca de questões agrárias baliza o espaço há séculos. Uma pesquisa realizada por Esteves (2019) sobre os conflitos de terra nas intendências municipais no Pará entre fins do século XIX e início do XX identificou um “Protesto” publicado no jornal Folha do Norte em 1896, marcando a luta entre Mariana Tibúrcio e pessoas que ela aponta como “posseiros”, pelo território. Na época, São João de Pirabas era um distrito pertencente à Salinópolis e a denunciante afirmava que as terras eram herdadas de seu marido, já falecido, Francisco Bernardino Muniz, e do sogro, o sesmeiro Joaquim de Figueiredo Muniz.

Tibúrcio assegurava que seus domínios em terras haviam sido invadidos pelos posseiros. Segundo ela, a primeira demarcação datava de 1823, sendo reconhecida pela Repartição de Terras, Obras Públicas e Viação 12 anos depois. A autointitulada proprietária também teria registrado as terras no livro da Intendência Municipal de Salinas (fls. 18 e 33) exigindo a desocupação por aqueles que teriam recebido da própria Intendência títulos provisórios ilegais. Desta forma, as disputas pelas terras persistiram nos anos seguintes, tendo os acusados respondido o protesto em 1899.

A publicação foi realizada no Periódico O Pará. Como forma de contraprotesto, os lavradores fizeram um abaixo-assinado alegando ter direito às terras, que estariam fora dos limites da área pertencente à requente (Esteves, 2019) e que estavam lá antes mesmo de 1954 o que seria, segundo eles, reconhecido pelo próprio Sr. Francisco Bernardino Muniz. Surgiu uma nova denúncia: a de que Marina Tibúrcio queria se aproveitar das áreas já beneficiadas. Esteves (2019) não conseguiu chegar ao desfecho dessa história, mas o fato é que a Vila de Axindeua ainda existe hoje, com novas configurações.

Observa-se nos jornais citados que, em nenhum momento, a reclamante das terras ou as famílias que lá residiam falam sobre qualquer relação com quilombos ou descendentes de escravizados. Fato que leva ao questionamento sobre essa identificação, refletindo até hoje na negação do pertencimento. No entanto, os conflitos agrários são parte importante nessa contextualização.

**A construção de uma identidade quilombola a partir da necessidade de luta pela permanência na terra e contra o avanço da perda das mesmas, sobretudo nas últimas duas décadas, levou comunidades a se auto-declararem como negras e quilombolas em decorrência da aplicabilidade do artigo 68 da Constituição federal de 1988. O assumir dessa identidade em um dado momento histórico introduz neste espaço novas relações simbólicas e materiais no território, assim as comunidades passam a valorar seus traços culturais, de pertencimento, relações coletivas com o território e o direito a terra (Malcher, 2009).**

José Maurício Arruti (2006) afirma que as comunidades quilombolas constituem **“grupos mobilizados em torno de um objetivo maior, em geral, a conquista da terra”**. Contudo, a invisibilização do negro observada na ausência de documentos que cite o povo Axindeua como quilombola não é uma novidade sendo, inclusive, proposital. Coaduna, portanto, com as ideias de Lucini e Santos (2018), como será observado adiante.

Seu papel histórico é silenciar esse povo desde a abolição da escravidão no Brasil, fazendo com que ele suma, inclusive, dos livros didáticos, **“no que se refere aos aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos do país. Assim como “desaparece” o negro, também desaparecem os quilombos e suas novas configurações ao longo do tempo [...]”** (Lucini; Santos, 2018). Com isso, reforça-se estereótipos negativos, fazendo com que essa identificação quilombola seja cada vez mais negada/silenciada.

Em contrapartida, Lucini (2007) reitera que há três tipos de identidades encontradas nos sujeitos em questão. A primeira é a Legitimadora, **“cuja origem está nas instituições dominantes que expandem e racionalizam sua dominação; a segunda é a Identidade de Resistência, em que 13 os atores em condições de desvalorização estigmatizados constroem resistência”** (Lucini, 2007). Por fim, há a Identidade de Projeto, cujos atores redefinem sua posição social por meio da construção de uma nova identidade. As duas últimas podem ser identificadas na comunidade pesquisada por meio de sua cultura e tradições. Junto a isso, é necessário entender também como se deu o processo da ocupação negra na Amazônia, principalmente no Estado do Pará, onde os números relacionados a quilombos revelam a forte presença negra na Amazônia brasileira (Bargas; Maia, 2019).



## TRADIÇÕES DO AXINDEUA

Antes de entender o ser ou não ser Axindeua, cabe trazer à tona algumas características da Vila, como as festividades culturais que acontecem ao longo do ano. Uma das principais é a de Nossa Senhora do Livramento, fruto da passagem do Padre Agnaldo Ramos de Freitas pela paróquia de São João Batista, em 1998. A celebração acontecia inicialmente no dia 02 de fevereiro e agora acontece no terceiro fim de semana de novembro, contemplando apresentações, brincadeiras e venda de comidas típicas como o arroz com galinha e o vatapá.

É uma festividade importante, visto que a Santa é a padroeira da Vila. José Augusto Santos da Silva, residente do local desde 1998, afirma que o prédio da igreja que leva o mesmo nome foi o primeiro patrimônio histórico a ser construído no povoado, tendo sido iniciativa de três moradores. Lá, a população faz suas demonstrações de fé e devoção. Segundo a fonte, que hoje é catequista, a Santa já existia na comunidade quando a sede foi construída e a mudança da data aconteceu em decorrência do baixo movimento na comemoração durante o período de inverno:

**Ela já existia aqui, trazida pelos antigos também, quando nós chegamos pra fazer a igreja, a santa já vivia numa casa aqui.**

**Inclusive, era na casa de uma senhorinha que se mudou pra Pirabas. Vivia lá dentro, num oratório na sala dela, e aí era alguma vez que mandavam rezar ladainha, aí ela vivia lá, não tinha igreja. Aí quando nós chegamos pra fazer a igreja, aí não teve outra, né, tinha que ser pra ela mesmo [...] Aí, de lá pra cá, isso foi em 98, no ano de 98, aí que nós fizemos a igreja, aí, de lá pra cá também, aí nós começamos fazer o movimento do arraial. Aí, nós fazia aqui porque o pessoal aqui já era devoto e eles já tinham o dia da comemoração dela, que eles festejavam dia 02 de fevereiro. Agora não é mais, porque nós passemos (José Augusto Santos da Silva).**

Reforça, ainda, que a missa continua acontecendo na primeira data determinada por aqueles que foram pioneiros na devoção da Santa na comunidade. Isso porque, mesmo com o apoio dos padres e de uma professora, não conseguiram até hoje identificar



dia exato do calendário que é dedicado a ela, confusão inclusive confirmada ao serem realizadas buscas na internet, que apresenta diferentes datas. Optou-se, portanto, por manter a tradição, adaptando apenas o festejo, no intuito de atrair um maior número de pessoas.

A festividade faz parte da devoção e resistência desse povo, reforçando a representatividade e promovendo um diálogo do sagrado com o profano. A religiosidade é muito importante para o lugar, onde as celebrações católicas dividem espaço com as protestantes. Um templo da Assembleia de Deus foi construído há mais de seis anos na comunidade, reunindo um número cada vez maior de adeptos.

Essa conversão ao pentecostalismo de parte dos grupos tradicionais leva a uma mudança profunda, refletindo nas questões ético-econômicas e culturais dos grupos (Carreiro, 2020). A expansão do pentecostalismo nas áreas rurais teria ganhado força nas duas últimas décadas, principalmente entre indivíduos marginalizados e socialmente vulneráveis (Mariano, 2001).

Entre as mudanças vivenciadas com o avanço do pentecostalismo está o desaparecimento da sociabilidade e das formas tradicionais de troca destas comunidades (Carreiro, 2020). Um dos motivadores é a menor tolerância ao sincretismo, por exemplo, uma vez que muitos santos da igreja católica são associados aos orixás, pertencentes às religiões afrodescendentes. É uma forma também de corresponder ao modelo econômico vigente, uma vez que as comunidades quilombolas já não se encontram isoladas, tendo de se adaptar às formas de exploração típicas do capitalismo. A proximidade com as áreas urbanas é, também, sedutora, diante das promessas de “desenvolvimento”.

Um exemplo claro dessa adesão ao consumismo é uma tradição adotada para a realização de outra festa, a do Marília Esporte, time de futebol da Vila do Axindeua. Eli da Silva Dias, uma das entrevistadas, é coordenadora do evento, que acontece entre os dias 06 e 07 do mês de agosto. Ela narra que, aproximadamente dois meses antes da festa, moradores locais se deslocam em busca de trabalho fora da comunidade no intuito de levantar recursos e vestir roupas mais elegantes na ocasião. Há outro ponto a se destacar nessa informação: a ausência de empregos e oportunidades de geração de renda na Vila (Eli da Silva Dias, 2023).

Ainda refletindo sobre a importância da religiosidade para essa população, há outras práticas comuns no lugar. São as de cura, oriundas de conhecimentos tradicionais a partir do uso de plantas medicinais. Uma característica não só da população quilombola, mas dos povos originários da Amazônia. Nesse aspecto, é possível identificar manifestações relacionadas às religiões afrodescendentes.

Nascida no local, a Corina Piedade Amaral, de 75 anos de idade, é uma das pessoas que manuseiam as ervas em seu benefício e de outros. Ela conta que em determinada ocasião estava grávida, lavando roupa no rio, quando começou a sentir as dores do parto e decidiu voltar para casa. Lá, se apoiou no punho da rede e teve o filho sozinha. Assim, aconteceu com os nove filhos dela, todos nasceram em casa, sem ajuda de nenhum profissional da saúde. Fato que demonstra a ausência de políticas públicas de saúde na área.

As parteiras eram chamadas já depois das crianças fora da barriga, para cortar o cordão umbilical e dar a ela um preparo, denominado “pur-



gante”, feito com uma mistura de azeite do carrapato e mel de abelha, tendo de ser tomado ao longo do puerpério no intuito de limpar o organismo. Além disso, ela fazia uso de uma garrafada feita da cachaça queimada com alfazema, alecrim, canela, alho, cebolinha e aguardente, fervida no fogo e devendo ser tomada por 40 dias (Corina Piedade Amaral, 2023). O intuito da mistura era não deixar acumular gases na barriga e a não ter dores e prisão de ventre, ou colocar a “Mãe do Corpo” no seu devido lugar:



**Mãe corpo (útero) significa para as parteiras, uma bola que se forma próximo ao útero da mulher que quando a mulher engravida ela cresce e às vezes no parto quer vir junto com a criança, por isso é preciso ter muito cuidado, se ela sair pode matar a mulher (Barroso, 2001).**

Segundo o conhecimento compartilhado, outro procedimento feito era um emplasto produzido do leite do ananim, planta que cresce em locais úmidos da floresta. O líquido era espalhado pela barriga da mulher, que era amarrada com um pano. O tratamento durava 40 dias. O objetivo era que a barriga não ficasse grande após o resguardo. Além disso, no período de recuperação, a puérpera devia amarrar um pano na cabeça para não pegar sereno, evitando enxaquecas e outras complicações neurológicas. Dona Corina lamenta que essa cultura esteja se perdendo: “Amarrava o pano na cabeça pra não apanhar sereno. Agora a gente manda amarrar a cabeça, amarra quando? Acha é graça!” (Corina Piedade Amaral).



A partir de diálogos como esses, é possível perceber a força que os conhecimentos ancestrais exercem na comunidade, refletindo até hoje em determinados aspectos religiosos e espirituais. Parte significativa dessas práticas, contudo, se perdeu com o tempo e com o desinteresse dos mais jovens. O avanço do pentecostalismo e de outras religiões na Vila também contribuiu para a descontinuidade nesses saberes, por vezes atrelados ao “mundano”.

Ademais, por serem práticas atreladas à religião afro ou indígena, há uma resistência, também ligada ao “embranquecimento” imposto à essa comunidade.

Em contrapartida, as narrativas voltadas para o uso das ervas e os benzimentos apareceram de forma contundente entre os axindeuenses quando questionados sobre sua identidade. Ao enfatizar o sincretismo, os saberes cotidianos e os conhecimentos empíricos, tais quais os medicamentos naturais utilizados, os entrevistados reforçam também que adaptações foram realizadas como forma de sobrevivência às mudanças impostas pela sociedade moderna, ou sociedade em rede (Castells, 2005).

Durante as entrevistas e diversas visitas feitas ao local, verificou-se que essas são as festas que se destacam e mantêm determinada periodicidade na comunidade. Nessas oportunidades, são comercializadas comidas típicas da região, encontradas nas festividades

realizadas em outras localidades de São João de Pirabas, tais quais o vatapá, o arroz com galinha, o pato no tucupi, mas nada que seja produzido especificamente na Vila.

Da mesma forma acontece com as danças e músicas, que já são as mesmas encontradas nas demais festas paraenses, onde prevalecem ritmos como o brega, o tecnomelody e, por vezes, o carimbó, além das próprias músicas religiosas que já fazem parte do repertório do Festejo de Nossa Senhora do Livramento, por exemplo. Quando perguntados sobre religiões afrodescentes, comidas, danças ou outras manifestações do tipo, a resposta é sempre um sonoro “não tem”. Parte disso se dá em decorrência da desassociação de determinadas tradições, como o uso de ervas, emplastos e rezas para a cura de doenças.

A memória coletiva do quilombo Axindeua possui poucos registros documentais, se baseia principalmente em narrativas feitas a partir de uma construção histórica e da interação com o que fora aprendido, vivido e transmitido para os descendentes. São memórias herdadas no percurso da vida, são fatos e acontecimentos que marcaram uma coletividade. Portanto, o reconhecimento e o autorreconhecimento se transformam em ferramentas contra a invisibilidade do ser quilombola em um contexto marcado, dentre outras questões, pelo território em comum.

## QUESTÕES DE TERRITORIALIEDADE

Como evidenciado, a luta por território é um dos marcadores das comunidades quilombolas. Entende-se que o debate acerca de território, nesse contexto, engloba outras questões além de identidade, como o próprio direito à terra. Direito esse que, mesmo garantido na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), é atropelado por uma série de ferramentas históricas que contribuem para a invisibilidade do negro e de outras minorias. Enquanto o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT garante que **“aos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida à propriedade definitiva, devendo o Estado, emitir-lhes os respectivos títulos”**, o que se observa de fato vai, muitas vezes, na contramão disso.



**Quando discutimos identidade quilombola, território e identidade aparecem intimamente imbricados, a construção do território produz uma identidade e a identidade produz o território, este processo é produto de ações coletivas, recíprocas, de sujeitos sociais. A territorialização, também é construção, movimento, no tempo e no espaço. São relações entre os sujeitos com sua natureza (Malcher, 2009)**

O resultado é um contraste entre o que idealmente seria território, nesse caso um lugar de pertencimento do ser quilombola, um espaço representativo da sobrevivência e resistência da cultura e das tradições. Por outro lado, a reafirmação da identidade étnica representa uma organização política, a ressignificação da ancestralidade e a construção de uma história em comum não só na origem dessas pessoas, mas também nas lutas que seguem, na busca do reconhecimento e da regularização fundiária (Malcher, 2009).

A terra tem ligação direta com a subsistência. É nela que se nasce, planta/colhe, constrói, constitui relações e enterra os entes que morrem. Se essa terra não dá condições ideais de vida, o natural é que as pessoas procurem alternativas e comecem a se deslocar para outras localidades, onde as oportunidades são maiores. A oferta da educação é um dos principais pré-requisitos para a qualidade de vida. Essa é uma das áreas em que a invisibilidade se faz mais forte nos relatos sobre o descaso em relação à Vila do Axindeua. Uma contradição, já que a educação deveria ser uma prioridade para a mudança da invisibilidade negra e do racismo estrutural que alcança as mais diversas esferas.

Diante do fato de que a educação tem um papel protagonista no enfrentamento do racismo, nesse âmbito o Brasil replicou os ideais da elite capitalista e branca. Contudo, é possível multiplicar os valores quilombolas no ambiente escolar, seja através das memórias, ancestralidade ou religiosidade (Alves e Melo, 2020).

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Deuzelina da Silva Cunha, que atende as crianças da Vila do Axindeua, a única na comunidade pesquisada, só foi construída em 1992, durante o mandato de Raimundo Barroso, o primeiro prefeito eleito quando o município foi desmembrado de Primavera, em 1988. Assim, por muitos anos, os estudantes tiveram que se deslocar para a escola do Buçu, oito quilômetros distante, muitas vezes a pé, uma vez que não havia meio de transporte adequado:

**O Buçu era um lugar que fica bem próximo à Parada Miriti. Na época os alunos iam andando, iam e voltava. Dá uma faixa de uns 15 quilômetros pra onde eles estudavam. Estudavam também pro KM 45, que era uma escola na entrada da Vila Nova. Eles também estudavam pra Santa Luzia. Daqui pra lá também não é pouca distância, eles iam andando. Do Bosco pra cá, começou o escolar a entrar aqui (José Augusto Santos da Silva).**

Em entrevista concedida para uma pesquisa realizada por alunos do Curso de Pedagogia (2020), Lariano Pereira Dias, um dos moradores mais antigos da Vila, explicou que a primeira professora dele e dos seus irmãos foi Deuzelina, mulher que dá nome à atual escola da comunidade. De acordo com ele, a educadora tinha estudado apenas até a terceira série do Ensino Fundamental e, ainda assim, estava apta para ensinar as crianças. Afirma ainda que a falta de formação da professora chegou a ser denunciada e apurada pessoalmente pelo governador do Pará, Magalhães Barata (1956–1959) que, ao ser recebido pelos alunos com o hino nacional na Escola do Buçu, se emocionou e resolveu manter Deuzelina no cargo, onde permaneceu até a aposentadoria (Maia; Costa; Ribeiro; Formigosa; Santos, 2020).

O resgate da entrevista de seu Leriano é importante devido ao seu histórico como um dos membros mais ativos da comunidade e ao fato de ter falecido em 2021, inviabilizando uma entrevista exclusiva para esta pesquisa. Sobre a época presente nas narrativas dele, as fontes relatam que havia um alto índice de evasão escolar por causa da longa caminhada que era feita até a instituição de ensino. Além disso, muitos dos pequenos se viam na obrigação de ajudar em casa e priorizam o trabalho na roça, com a colheita do feijão, do arroz e da malva. Como reflexo, era comum que não concluíssem o Ensino Básico.

A questão da distância escolar só teria sido resolvida quando seu Leriano ofereceu a sala de sua casa, construída de taipa e coberta de palha, para que fossem ministradas aulas no local. Quem assumiu essa responsabilidade, de acordo com seu Leriano, foi uma mulher conhecida como Maria Negrão, que morava em uma outra comunidade do município (Maia; Costa; Ribeiro; Formigosa; Santos, 2020). Ainda assim, a alfabetização era feita com muito sacrifício, em decorrência da falta de recursos. Maria Negrão reside na Vila do Patauá e afirma que a primeira professora, na verdade, foi a irmã dela:

**[...] eu não fui a primeira professora de lá, foi a minha irmã Isaura. Hoje ela é aposentada, mora em Belém, mas a primeira mesmo foi ela. Hoje ela tem 78 anos. Foi através de transferência. Na época não tinha professora no Axindeua. Como ela era lotada aqui na escola de Patauá, foi transferida pra lá por falta de professor (Maria Negrão).**

Hoje, os estudantes podem cursar até o terceiro ano do Ensino Fundamental no seu local de origem. Em seguida, são transferidos para a Escola Polo Parada Miriti, onde estudam do quarto ao nono ano do Ensino Fundamental. O Ensino Médio é realizado na Escola Estadual de Ensino Médio Professor Francisco da Silva Nunes, situada no Centro de São João de Pirabas. Em 2019, a Escola Deuzelina da Silva Cunha passou por reforma e ampliação.

Apesar dos avanços, ainda são evidentes os desafios vivenciados pelos moradores do Axindeua para acessar a escola. Com o tempo, a questão do trabalho com a terra também seria modificada na Vila. É o que narra Dona Eli, moradora do local há 53 anos. A agricultora afirma que estudou até a oitava série do Ensino Fundamental e começou a trabalhar com 16 anos de idade, época em que ia para os locais de colheita junto com os outros moradores por meio de um pau de arara. Com a decadência das empresas que contratavam os trabalhadores nesse período, tentaram investir no cultivo da mandioca:



**[...] não tem emprego, não tem uma agricultura de qualidade como antes, não tem trabalho braçal, não tem mais o Pimental, o algodão [...] O trabalho de hoje não é mais como antes. Antigamente, quando eu tinha 16 anos, o trabalho era braçal, o trabalho da malva, na colheita do feijão, do algodão, da pimenta, pagava bem as pessoas. Hoje não tem mais. Hoje é tudo difícil [...] (Eli da Silva Dias).**

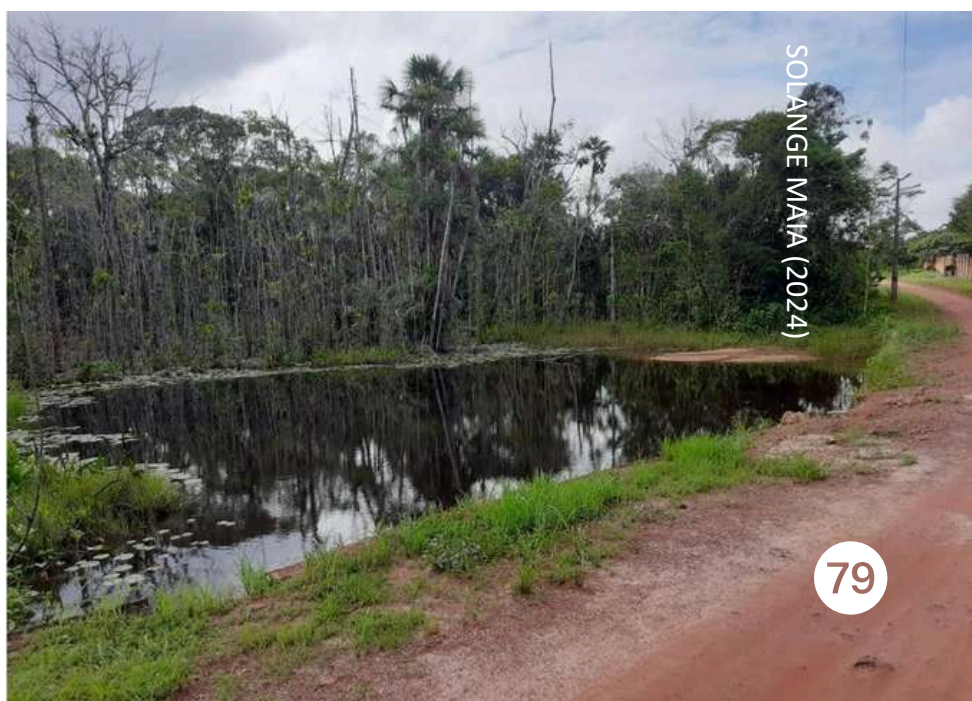
Ela afirma que as principais formas de subsistência dos moradores da Vila, hoje, são os programas sociais do governo, como o bolsa-família, a aposentadoria e a agricultura, além da comercialização de carvão e mariscos. Os alimentos consumidos no dia a dia são comprados nas viagens para o centro da cidade, trazendo à tona outra problemática: a ausência de transporte público. Como alternativa, “algumas famílias têm moto, bicicleta ou moto táxi, que eles pagam pra chegar” (Antonilo Dias de Amaral).

A ausência de uma educação de qualidade e do debate acerca da identidade quilombola no ambiente escolar e mesmo fora dele é uma das principais ferramentas de opressão e silenciamento do povo negro. Sem registros, as histórias se perdem com a passagem dos anos, ficam à mercê da memória e morrem junto com os moradores mais idosos da Vila. Por isso, é tão pertinente esse trabalho, pois a intenção é trazer à tona o debate em torno da identidade, das manifestações e da vida dessas pessoas como forma de manifesto. Um manifesto ao povo negro que quer ser reconhecido, haja vista a falta de reconhecimento e o apagamento histórico. Diante das informações coletadas, todos os entrevistados afirmam desconhecer qualquer procedimento realizado no intuito de identificar o território do Axindeua como Quilombola, mas reconhecem através de suas tradições, de suas festas, de suas vidas cotidianas.

Apenas Seu José Augusto cita um pequeno movimento realizado pelo ex-prefeito de São João de Pirabas, João Bosco Rufino Moisés (2000-2008): **“O ex-prefeito Bosco Moisés fez uma reunião e disse que a comunidade era quilombola e que iam reconhecer a terra [...] até hoje não apareceram na Vila”** (José Augusto Santos da Silva).

Como consequência, ao mesmo tempo que sofre com os impactos do crescimento urbano, a Vila vivencia a distância para receber atendimento médico (a UBS que atende a população fica na Parada Miriti) e para buscar o sustento. O caranguejo, os mariscos e o peixe, por exemplo, são algumas das possibilidades de geração de renda na comunidade. No entanto, o mar fica a uma distância de aproximadamente 10 km.

No aspecto ambiental, o Rio Axindeua perdeu parte significativa de sua extensão devido ao processo de aterramento. Dona Corina lembra que **“[...] o rio que antes a gente usava pra fazer o nossos afazeres, lavar roupa,**



SOLANGE MATA (2024)



**tomar banho, hoje não presta devido terem aterrado com piçarra”** (Corina Piedade Amaral). Com isso, agora ele pede cuidados urgentes de preservação. Outra questão ignorada pelas autoridades locais.

A exclusão social dos descendentes quilombolas do Axindeua perpetrada ao longo do tempo, seja que no acesso à saúde, políticas públicas de educação, falta de reconhecimento de suas terras, dentre outras, fez com que essas pessoas se indagassem se de fato eram ou não quilombolas. Mas, diferente do silenciamento perpetrado pelo racismo e branquitude, essas pessoas se identificam com o ser quilombola.

## **O SER QUILOMBOLA**

Denominar-se ou reconhecer-se como quilombola resulta de uma construção social, em um contexto que demarca relações de poder e em que há resistência a ocupar uma posição estigmatizada, desde a escravidão até a atualidade (Calheiros; Stadtler, 2010). Portanto, o racismo perpetrado por gerações provoca o não reconhecimento dessa comunidade, terras e pessoas. Cabe, nesse ínterim, procurar compreender o que o próprio termo quilombo carrega:

**No Brasil, o termo foi originalmente utilizado para designar um espaço e um movimento de resistência ao sistema escravocrata, composto predominantemente por negros e negras que fugiram e formaram núcleos paralelos de poder, produção e organização social (Calheiros; Stadtler, 2010).**

Mais ainda, de acordo com Lucini e Santos (2018), comunidades quilombolas podem ser compreendidas como “espaços políticos de resistência às práticas sociais colonizadoras da memória ancestral”. Essa questão de identidades e identificações, no entanto, é complexa.





**[...] principalmente quando se trata do desvelamento e da possível afirmação de identidades étnicas no Brasil. Nenhum grupo, principalmente os que se sentem desconfortáveis em assumir sua condição étnico-social, consegue afirmar-se enquanto pertencente a essa ou àquela etnia sem antes se atrapalhar com a “identidade brasileira”, “mestiça” e “miscigenada” (Campos, 2008).**

Essa ideia de mestiçagem pode gerar algumas confusões, principalmente quando se trata de uma comunidade socialmente silenciada, cuja história não possui muitos registros documentais, como é o caso da Vila Axindeua. Ao coletar narrativas quilombolas, Bento (2022) enfatiza uma sociedade imersa no racismo institucional, que prevalece no âmbito social de maneira que somente os brancos são privilegiados em determinados espaços.

Assim, **“descendentes de escravocratas e descendentes de escravizados lidam com heranças acumuladas em histórias de muita dor e violência, que se refletem na vida concreta e simbólica das gerações contemporâneas”** (Bento, 2022). Há, dessa forma, um pacto da branquitude, que reflete desigualdade social e reforça o narcisismo e a ideia de superioridade de um lado e a vergonha de ser pertencente a um grupo do outro. São ideias que transpõem o imaginário. Somam-se, então, vergonha e esquecimento.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) aponta que os quilombolas são grupos étnicos que podem estar tanto em áreas urbanas quanto rurais, cuja população predominante é negra e que assim

se autodefine de acordo com as relações com ancestralidade, terra e território, por exemplo (Ingra apud Vieira et al., 2017). Quanto às características, Antonilo afirma:



**Os traços físicos que a gente, ao olhar para cada um deles lá, não é da nova geração, são dos antepassados [...] o cabelo deles é a principal característica, a maioria são pardos. Acredito que são quilombolas, já foram outros órgãos lá fazer pesquisa, acredito que são sim (Antonilo Dias do Amaral).**

No que se refere à autodefinição enquanto quilombola, há também um consenso entre as fontes. Os registros dos conflitos agrários entre Mariana Tibúrcio e os moradores locais registrados pelos periódicos Folha do Norte (1896) e O Pará (1899), como pontuou Esteves (2019) enfatizam, ainda, outro aspecto relevante:

**[...] os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção (Schmitt; Turatti; Carvalho, 2002).**

O fato é que, mesmo diante de todas as evidências e de uma iniciativa da gestão pública por meio do Prefeito Bosco Moisés, ainda que tímida, os quilombolas do Axindeua têm uma realidade social de desigualdade de políticas públicas em seu território. A falta de assistência e de reconhecimento adequados pesam como uma borracha na história desse povo, garantindo que não ocupem o lugar de protagonistas de sua própria narrativa. Algo já naturalizado.

Diante disso, valorizar a história e as peculiaridades locais é fundamental para a formação da identidade cultural do povo Axindeua. Apesar das mudanças culturais e estruturais que aconteceram nas últimas décadas, a comunidade mantém um estilo de vida simples e características peculiares. Uma delas, como apontado por Maria Negrão, é o jeito desconfiado de ser: **“Não são aquelas pessoas que chegam, conversam. Primeiro, eles vão estudar, vão prestar bem atenção naquela pessoa, no jeito que ele é, na maneira que ele age, pra poder ele se adaptar mais”** (Maria Negrão). Uma maneira de se proteger e sobreviver.

Ademais, analisar os costumes das populações tradicionais fornece elementos que, mesmo sob a influência da lógica capitalista e moderna, representam um contraponto à imposição das relações econômicas que, aparentemente, abrange a todos sem que haja resistência (Nabarro, 2014).



# O NÃO RECONHECIMENTO DO QUILOMBO AXINDEUA

A luta dos quilombolas do Axindeua evidencia-se na falta de reconhecimento da territorialidade do povoado e da descendência dessa população. Diante da ausência de documentos, os moradores da Vila ficam na expectativa da legalização e titulação das terras. A seu desfavor, identifica-se ainda a falta de comunicação e de ciência dos direitos garantidos por lei de indispensáveis para a construção/manutenção de sua identidade cultural. A não reivindicação desses direitos demonstra o descaso político em relação ao tema.

A consequência é a violação de valores e a falta de proteção e de preservação da história da comunidade. Sem o reconhecimento da propriedade definitiva e os títulos das terras previstos na Constituição de 1988, o Axindeua deixa, inclusive, de ocupar um lugar de referência social e de resistência no município de São João de Pirabas. Isso reitera o que é defendido por Schmitt, Turatti, Carvalho (2002). É a partir de uma posição:



**[...] historicamente desfavorável no que diz respeito às relações de poder, que comunidades quilombolas vêm lutando pelo direito de serem agentes de sua própria história. Em tal situação de desigualdade, os grupos minoritários passam a valorar positivamente seus traços culturais diacríticos e suas relações coletivas como forma de ajustar-se às pressões sofridas, e é neste contexto social que constroem sua relação com a terra, tornando-a um território impregnado de significações relacionadas à resistência cultural (Schmitt; Turatti; Carvalho, 2002).**

Conforme Quiriboga (2006), o direito à identidade cultural abrange todo grupo étnico-cultural e quem o compõe, estimulando o pertencimento a uma cultura específica e o reconhecimento como diferente. Ao mesmo tempo, ajuda a preservar a sua própria cultura e o patrimônio cultural material e imaterial desse grupo, garantindo que ele não se sinta forçado/obrigado a pertencer a uma cultura diferente da sua. Todavia, **“a fábula da democracia racial dissimula tensões raciais e cria a ilusão de inclusão, silenciando vozes que denunciam a violência real e simbólica, construindo, de muitas formas, tanto lugares de privilégio quanto de exclusão e discriminação”** (Fernandes; Souza, 2016).

No Brasil, a questão da identidade negra é objeto de reconhecimento social, mas segue como um assunto permeado por dilemas e debates. Para alguns, persistem desafios ligados ao racismo, que, por ora, podem suscitar reflexões negativas entre as comunidades quilombolas. Isso se traduz na necessidade de abordar questões de reparação e reconhecimento, que alguns veem como medidas de inclusão, enquanto outros as interpretam como ações necessárias implementadas por autoridades através de políticas governamentais. No entanto, como levantado, essa abordagem é ignorada na Vila do Axindeua.

Por meio de representações e narrativas, Nascimento (2022) provoca uma reflexão sobre o conceito de quilombo, mostrando como os grupos quilombolas eram (e ainda são) vistos com preconceito pelos indivíduos brancos, fazendo com que mulheres e homens negros se submetessem a um grande esforço para conquistar seus direitos. Esse empenho, identificado ao longo da história, fortaleceu a formação de grupos de resistência e representatividades quilombolas. Contudo:

**Os “resultados de antigos prejuízos” são sentidos até hoje pela comunidade negra e seus descendentes, sobretudo com o modelo de branquitude imposto pela nossa sociedade, tendo como padrão de referência o grupo euro-brasileiro “branco”. O que é relativo à sua cultura é o que se torna reconhecido e almejado pelo conjunto da sociedade e, particularmente, ao grupo étnico negro que tem de adaptar-se (seja alisando os cabelos, seja em seu comportamento para ser aceito) consciente ou inconscientemente. A construção de um imaginário negativo sobre o negro danifica a construção de sua identidade étnico-racial, particularizando-a (Campos, 2008).**

Se o reconhecimento da identidade cultural representa a garantia de que uma comunidade vivencie seus valores, organização social, língua etc. (Aparício, 2011), o não reconhecimento representa o oposto, o desrespeito às diferenças. Toda essa estrutura criada em torno da maneira como o quilombola é visto repercute também na forma como ele se vê e no fato de as gestões municipal e estadual se sentirem confortáveis com sua omissão e, de certa forma, amparadas pelo restante da população pirabense, que pactua com o silêncio e com a ideia de que o racismo não ultrapassa o imaginário.

Sobre a questão do reconhecimento territorial, a Lei de Terras teve grande influência na forma que o Brasil foi povoado e que a propriedade fundiária se constituiu nele. A prevalência da compra e venda de propriedades em detrimento da posse, dificultou **“o acesso à pequena propriedade rural, e, ao mesmo tempo, estimulando a expansão dos latifúndios em todo o país, impedindo a democratização do solo”** (Bento, 2022). Cabe, agora, aos axindeuenses se apropriarem do seu lugar de pertencimento e de resistência, assumindo seu papel histórico.

As negociações com o poder público trouxeram a garantia de alguns direitos para a Vila, como a água encanada, escola municipal para os anos iniciais do Ensino Fundamental, energia elétrica, serviços básicos que ainda necessitam de melhorias na comunidade. Acrescenta-se que há uma série de direitos que ainda precisam ser alcançados de forma que seja cumprido o que é previsto no Estatuto da Igualdade Racial (Brasil, 2010).

Os processos de memória e educação emergentes dos relatos orais viabilizam a sobrevivência das heranças simbólicas presentes no imaginário coletivo quilombola por meio das narrativas e da história oral, possibilitando a legitimação da posse de terra (Gomes, 2006). Daí a importância de trazer essas vozes para cá.



## A HISTÓRIA CONTADA POR ELAS E ELES

A resistência negra é omitida na historiografia oficial, fazendo com que prevaleça uma espécie de amnésia coletiva (Bento, 2022). O modelo capitalista vigente alimenta ainda mais o processo de esquecimento e embranquecimento, principalmente pelo fato de que esse sistema econômico só é viável por meio da exploração do trabalho assalariado. O trabalho do negro. Portanto, é necessário lembrar que:



**Quando falamos em uma identidade estereotipada, e atribuída ao negro, estamos nos referindo a algo forjado socialmente com intuito de inferiorizá-lo. Na sociedade brasileira, essa identidade foi formulada historicamente desde o período colonial, com base na inferiorização das diferenças impressas no corpo escravizado (Fernandes; Souza, 2016).**

O resultado, claramente, é uma crise identitária reforçada ainda mais pelas imposições tecnológicas e a globalização. Uma das questões identificadas durante a pesquisa de campo na Vila Axindeua é, justamente, o embaraço entre o ser quilombola e o ser indígena, ou mesmo a dificuldade das fontes em situar quem são os seus descendentes e qual a história/traços culturais desse povo que os diferencia dos demais. É o que marca a fala a seguir:



**Na época, a pessoa podia ser instruída do jeito que fosse, mas não tinha reconhecimento de nada, não tinha validade, não sabia se era isso, se era aquilo. Diziam: são quilombola, mas eu não sei qual o significado de quilombola. São indígenas, mas eu não sei o significado da pessoa indígena. Então, hoje, eu acho que pro pessoal do Axindeua se sente muito feliz em sair prum mundo melhor, porque viviam presos, agora podem ir atrás de um futuro pra eles (Maria Negrão).**

Quando essas pessoas compreendem a importância de assumir o protagonismo de suas narrativas históricas, surge uma possibilidade de mudança, de reparação, de garantia de direitos, de retomada e honra à ancestralidade. Há uma maior probabilidade de os jovens se interessarem pelas tradições, pela sabedoria do manuseio das ervas e outros conhecimentos relacionados à vivência que permite um contato direto com a Floresta Amazônica.

A resistência é a alternativa que se apresenta mediante o desrespeito às comunidades quilombolas que, apesar de não ser novo, vem se atualizando ao longo do tempo, reflexo das condições econômicas e sociais precárias em que essa população vive, sem a implantação de políticas públicas que atendam às suas reais necessidades. Principalmente, é a possibilidade de colocar essas pessoas nos centros de tomadas de decisão políticas a partir de um olhar atencioso e da conscientização sobre o que é ser quilombola (Bargas; Maia, 2019). Do contrário, ficam à mercê de migalhas.



Fizeram o ramal e a reforma do colégio. Tá faltando ajeitar mais aqui, pelo menos a estrada que fica feio quando chove, fizeram assim, mas não tá bom. Fizesse alguma coisa, fizesse uma praça aí na frente da igreja, pra ter aonde as crianças pelo menos se reunir, brincar. Porque aqui não tem nada disso aqui, né? Já um lugar central como é aqui, né, que não tem como a gente tá saindo, porque se não for numa moto, se não for um carro que a gente tenha... Em casa de saúde a gente sai de moto, sai de ambulância, liga e vem buscar. Se tivesse um gestor que fizesse isso pra gente, ia ficar melhor (José Augusto Santos da Silva).

Compreender a necessidade de ocupar os espaços e demarcar território para além do âmbito físico, uma vez que a territorialidade abrange também o pertencer a determinado povo/cultura, permite também com que as novas gerações saibam quais são suas origens e que, ao contrário de se envergonhar, tenham orgulho delas. Quando o Antonilo responde com propriedade: **“nasci, me criei, me batizei aqui, tudo aqui”** (Antonilo Dias de Amaral), ele coloca a Vila do Axindeua como um ser contínuo, sujeito aos fluxos do tempo, mas leal às suas raízes e preocupado em seguir sendo.

A mobilização dos axindeuenses têm o poder de despertar para a necessidade de reconhecimento e regularização fundiária da Vila, ao mesmo tempo em que seu silêncio cumpre a função de manter as autoridades adormecidas, por vezes, desconhecedoras dessa realidade que se desenrola na localidade. O despertar pede urgência, pois a cada quilombola que morre, morre também um pouco da história desse povo!

# REFERÊNCIAS

ALVES, Diego dos Santos. MELO, Beatriz Medeiros de. Presença e/ou ausência da História Quilombola no currículo: análise dos livros didáticos utilizados no ensino médio integrado. **Fronteiras: Revista de História**, v. 22, n. 40, p. 173-186, 2020.

AMARAL, Antonilo Dias de. Entrevista V. [2024]. Entrevistadora: Solange Maia. São João de Pirabas: UFPA, 2024.

AMARAL, Corina Piedade. Entrevista II. [2024]. Entrevistadora: Solange Maia. São João de Pirabas: UFPA, 2024.

APARÍCIO, Adriana Biller. Novos atores e movimentos étnico-culturais: Antropologia Jurídica na Rota das Identidades. In COLAÇO. Thais Luiza (org.). **Elementos de Antropologia Jurídica**. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo; antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru (SP): EdUSC, 2006.

BARGAS, Janine; MAIA, Rousiley. **Teoria do reconhecimento e interações cotidianas: o caso das lutas dos quilombolas do Pará**. *Contracampo*, Niterói, v. 38, n.2, p. 85-98, ago./nov. 2019

BARROSO, I. C. **Saberes e práticas das parteiras tradicionais do Amapá: histórias e memórias**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1950**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Secretaria de Estado dos Negócios do Império, 20 set. 1950.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Presidência da República, [2016].

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. [S. l.], 21 jul. 2010.

CALHEIROS, Felipe Peres; STADTLER, Hulda Helena Coraciara. Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. **Revista Katálisis**, v. 13, p. 133-139, 2010.

CAMARGO, M. T. Lemos de Arruda. A garrafada na medicina popular: uma revisão historiográfica. **Dominguezia**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 41-49.

CAMPOS, Ana C. B. **“Ser ou não Ser”: o Dilema das Identidades no Brasil**. In: SINAIS - Revista Eletrônica. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.04, v.1, Dezembro, 2008, p.03-25.

CARREIRO, Gamaliel da Silva. O crescimento do pentecostalismo entre quilombolas: por uma sociologia da presença pentecostal em comunidades quilombolas de Alcântara (MA). **Sociedade e Estado**, v. 35, p. 581-603, 2020.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e terra, 2005.

DIAS, Eli da Silva. Entrevista III. [2024]. Entrevistadora: Solange Maia. São João de Pirabas: UFPA, 2024.

ESTEVES, Carlos Leandro. Fazendo divisas em terrenos alheios: um estudo preliminar sobre posse, propriedade da terra e conflitos em intendências municipais no Pará entre fins do século XIX e início do XX. **Maracanan**, n. 23, p. 34-58, 2020.

FERNANDES, Viviane Barboza; SOUZA, Maria Cecilia Cortez Christiano de. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 103-120, 2016.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de Quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LISBOA, Rose Suellen (org.). **Guia [de] elaboração de trabalhos acadêmicos**. 2. ed. rev. atual. e aum. Belém: Universidade Federal do Pará, 2021. 101 p.

LUCINI, Marizete; **Memória e história na formação da identidade Sem Terra no Assentamento Conquista na Fronteira**. Tese de Doutorado. 238 fls. Faculdade de Educação UNICAMP, 2007.

LUCINI, Marizete; SANTOS, Andréia Teixeira dos. Ensino de História e pensamento decolonial em processos de identificação quilombola. **Revista Pedagógica**, v. 20, n. 45, p. 36- 52, 2018.

MAIA, Daniele Pereira; COSTA, Francilene Souza da; RIBEIRO, Francinete de Carvalho; FORMIGOSA, Laís Ariane Alvez; SANTOS, Nilciane da Silva. Seminário Narrativas Autobiográficas no Panorama Profissional e Social, 2020, Castanhal. **Vila Axindeua: Origem e desenvolvimento [...]**. [S. l.: s. n.], 2020.

MALCHER, Maria Albenize Farias. Identidade quilombola e território. **Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação**. Belém, v. 21, p. 399-421, 2009.

MARIANO, Ricardo. **Análise sociológica do crescimento pentecostal**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, 2001.

NABARRO, Sergio Aparecido. **Modo de Vida e Campesinato no Capitalismo: contribuições, limites e a construção de um entendimento do campesinato como modo de vida**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

NASCIMENTO, Beatriz. **O negro visto por ele mesmo: ensaios, entrevistas e prosa**. Ubu Editora, 2022.

NEGRÃO, Maria. Entrevista IV. [2024]. Entrevistadora: Solange Maia. São João de Pirabas: UFPA, 2024.

QUIRIBOGA, Oswaldo Ruiz. O direito à identidade cultural dos povos indígenas e das minorias nacionais: um olhar a partir do Sistema Interamericano. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**. São Paulo, nº 5, ano 3, 2006.

SILVA, José Augusto Santos da. Entrevista I. [2024]. Entrevistadora: Solange Maia. São João de Pirabas: UFPA, 2024.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & sociedade**, p. 129-136, 2002.

VIEIRA, Fernanda; TROTTA, Mariana; CARLET, Flávia. Sob o rufar dos tambores: o Judiciário em disputa pelos quilombolas. **Rev. Direito Práx.**, v. 8, n. 1, p. 556-591, Rio de Janeiro, Mar. 2017.

VILLA, Marco Antônio. **Quando eu vim-me embora: história da migração Nordestina para São Paulo**. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

XAVIER, Antônio Roberto et al. História oral: abordagem teórico-metodológica, conceitual e contextual. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo**, v. 2, n. 1, p. 1-16, 2020.

XAVIER, Antônio Roberto et al. História oral: abordagem teórico-metodológica, conceitual e contextual. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo**, v. 2, n. 1, p. 1-16, 2020.



JULIANA CARVALHO (2023)

# 4

# REI SABÁ: ENCANTARIA NA AMAZÔNIA



*Juliana Carvalho*

Celebrado há 112 anos, o Festival do Rei Sabá é o maior de caráter Afrorreligioso da Região dos Caetés, nordeste paraense. Todo dia 20 de janeiro, centenas de filhos de São João de Pirabas e visitantes embarcam no cais do município e seguem para a Praia do Castelo, na Ilha da Fortaleza, onde está localizado o Complexo Mítico Rei Sabá, “ponto de encantaria” dessa entidade cercada de mistérios.

O evento abre o calendário cultural pirabense e, atualmente, é associado a uma programação complementar, promovida pela prefeitura na praia e na orla. A data é associada ao orixá da caça e da fartura – Oxóssi – e à São Sebastião, mártir da Igreja Católica. Por isso, muitas vezes, há uma confusão em relação à quem seria Rei Sabá, apontado pelos praticantes de religiões afro como Dom Sebastião, o Rei de Portugal que teria desaparecido durante a batalha de Alcácer Quibir, na África, e sido encantando na Praia dos Lençóis, no município de Cururupu, Estado do Maranhão.

Ao longo dos anos, essa tradição secular passou por algumas mudanças até chegar na configuração atual. Desde 2017, o evento é organizado por Mãe Rita de Oxóssi e Pai Sinval. Os preparativos começam dias antes, com questões de logística que envolvem hospedagem e alimentação dos pais e filhos de santo que vêm de outras localidades, embarcações, vestimentas e missa de abertura. Para os fiéis, a programação começa no dia 19, com a alvorada e gira no Templo de umbanda reino de Oxóssi e oxum ilê de cabocla Mariana e pena branca . Logo mais, à noite, o Teatro Arena Maria Pajé sedia uma missa.

## ALVORADA

É manhã e os primeiros convidados começam a chegar no Terreiro de Mãe Rita. Os filhos da casa trabalharam incansavelmente nos últimos dias para garantir que a homenagem ao Rei Sabá acontecesse da melhor forma possível. Cada entidade tem seus próprios fundamentos e o mestre, como é apontado por muitos, exige ser tratado com fineza e cuidado. Pelo chão da caoca, estão espalhadas folhas e a ornamentação conta com um espaço para a imagem de São Sebastião. Balões complementam o cenário.





Dentro do salão, os vultos das três irmãs turcas – Mariana, Toya Jarina e Herondina, são destaque. As princesas são filhas de encantaria de Rei Sabá. Novamente folhagens e elementos da natureza complementam o espaço. Pode-se identificar outras imagens no local – são de caboclos, boiadeiros, pretos velhos, marinheiro, erês e de Iemanjá, a mãe de todos os orixás.

A gira inicia do lado de fora e Jarina baixa na Croa de Mãe Rita, enquanto Pai e Mãe Pequenos da casa recebem suas entidades. Convidados também baiam ao som do atabaque e as cores se misturam entre as batas e saias rodadas e os pontos cantados acompanhados das palmas ritmadas. É dia de festa no terreiro e a força pode ser sentida desde o momento em que se atravessa a porteira.

Um pouco antes do almoço, a roda é desfeita. Alguns permanecem no local para o almoço. São recebidos por Dona Davina, conhecida por todos como Caçula. Ela é a proprietária do terreno e genitora de Mãe Rita. Apesar da agitação, não há tempo para descanso. Logo mais, haverá a caminhada até o Espaço Cultural Maria Pajé. Na missa, católicos e umbandistas se reúnem para celebrar o sagrado!



## A MISSA E O PADRE MACUMBEIRO

A missa realizada na programação do Festival do Rei Sabá acontecia, inicialmente, na Igreja Matriz do município. Até que, em determinada ocasião, houve um pedido de que a comunidade católica se posicionasse de lado do salão, enquanto praticantes de outras religiões deveriam ficar do outro lado. A ordem do padre não foi bem recebida e viu-se a necessidade de mudar o local do evento.

Desde então, ela passou a acontecer no Espaço Cultural Maria Pajé. Espaço, inclusive, que homenageia um dos grandes nomes da pajelança regional – Flaviana Serrão da Silva, conhecida parteira e curandeira cujos feitos perpetuam até hoje. Em 2024, quem ficou incumbido pela missa foi Dom Jesualdo Moura, da Diocese Anglicana do Pará, que acabou recebendo uma alcunha interessante:

**Desde muito cedo, eu tenho uma afinidade muito boa com o povo de matriz africana. Nunca tive problema. Desde o meu tempo de estudo, de escola, nunca tive problema nenhum em conviver com o povo de matriz africana. Até porque eu sempre me identifiquei muito com a religião. E, depois, a gente vai fazendo uns estudos e vai compreendendo como funciona. Eu digo que a gente só pode falar daquilo que tem conhecimento. Eu falo positivo ou falo negativo daquilo que tenho conhecimento. Então, eu me inteirei muito dentro dos terreiros, de conhecer os terreiros, de conhecer as casas, de conhecer os pais de santo. E a gente foi pegando afinidade com o povo, foi frequentando as casas, foi celebrando missa [...] uns convidavam aqui, outros convidavam ali pra rezar uma ladainha, pra celebrar uma missa e aí a gente acabou recebendo esse título de padre macumbeiro (Dom Jesualdo Moura).**

Durante a missa, são realizados batizados e a entrega da hóstia. Além das pessoas que participam, diversos curiosos se sentam nos quiosques que ficam no entorno. A programação não se estende, pois no outro dia ainda no nascer do sol sairão os primeiros barcos rumo à Praia do Castelo. Há algumas quadras, no entanto, no Bairro Alegre, acontece uma festa para Mariana, no Templo de Umbanda Ogum Beira-Mar e Zé Pelintra. A casa é chefiada pelo Pai de Santo Zé Pajé, que comemora o dia em que recebeu a cabocla em sua croa pela primeira vez. A gira se estende até a madrugada.



THYAGO FONSECA (2024)

No salão, os filhos da casa baia enquanto a anfitriã acena e puxa pontos na cabeça do Pai de Santo. Alguns deles preferem seguir sem dormir, para não arriscar perder o horário de embarque. A programação é extensa, mas as entidades não abrem mão de estar presentes no Festival. No dia seguinte, Zé Pajé receberá Zé Raimundo, um turco que acabou se afeiçoando à família de Légua Boji Buá, no Codó (Maranhão). O encantado tem muita influência entre os locais pelos seus trabalhos de cura e retirada de demanda, além da sua personalidade festeira.

## QUEM CHAMA EU NA PEDRA DO REI SABÁ?

São por volta de cinco da manhã e algumas pessoas já se reúnem na rampa da orla pirabense. Mochilas e *coolers* são a principal bagagem reunida. O sol aparece ainda tímido no horizonte e as embarcações já esperam os passageiros. A travessia muda de horário a cada ano, a depender da maré. Nem sempre é possível desembarcar perto do Complexo Mítico Rei Sabá e a caminhada na areia fica ainda mais pesada com as roupas de gira, atabaque, bebidas e oferendas que serão entregues para as entidades.

Depois de aproximadamente 40 minutos, chega-se ao destino. De longe, é possível ver a pedra que representa o monarca. As demais imagens já não estão lá. Sofreram com a deterioração do tempo e depredação de intolerantes. Eram os vultos de Mariana, Toya Jarina, Zé Raimundo, Iemanjá, a única que ainda permanece. Elas foram erguidas na gestão de Bosco Moisés, feitas de concreto. Também nessa época, foi feita uma base de cimento para a pedra, que teria tido sua cabeça arrancada. As imagens foram repostas em 2019, mas não resistiram por muito tempo.

O espaço fica na Formação Pirabas, um conjunto de rochas, fósseis e vegetações com uma média de 23 milhões de anos. A vida marinha se mostra presente por meio de peixes, caranguejos e conchas, entre outros. Ela está em harmonia com a espiritualidade do local e os mistérios que o cercam. Ambas, no entanto, pedem socorro. Segundo os entrevistados, os guias não estão satisfeitos com a forma com que a praia tem sido ocupada e a falta de respeito que tem sido manifestada nos últimos anos.

Depois de escalar com cautela as pedras cortantes, os afroreligiosos fazem suas entregas e homenagens. Em seguida, reúnem-se na areia ao lado, onde começam a correr a gira e chamar as primeiras entidades em terra. Entre elas, a mais esperada é Mariana. Graças ao seu jeito popular e atencioso, a padroeira dos marinheiros é muito querida por quem acompanha o Festival. Normalmente, também é ela quem dá as coordenadas de como o evento deve acontecer.

O entorno do santuário é repleto de elementos que complementam seus mistérios. Logo atrás, fica um morro onde há anos foi colocada a imagem de uma serpente. Alguns curiosos se encorajam a subir e aproveitar a vista única. Um pouco distante, em local mais isolado, fica o coração da sereia. Dona Davina explica que ele está rachando. É uma resposta ao descaso popular diante do sagrado. Ela garante que muitas outras mudanças aconteceram nos últimos anos.



## AS TRÊS IRMÃS DA LÍNGUA FERINA

Conta a história que Herondina, Toya Jarina e Mariana são três princesas vindas da Turquia. O pai as teria colocado em uma embarcação para que conseguissem sobreviver a uma guerra que acontecia no local. Nas águas, acabaram atravessando sem perceber por um “portal de encantaria”, passando assim a viver em um mundo diferente, de onde não podiam voltar. Teriam sido recebidas por caboclos, que lhes deram a notícia. São, por isso, princesas e caboclas ao mesmo tempo, uma vez que se “acaboclam”.

Herondina, a primeira a aceitar seu destino, tem suas forças firmadas nas matas e florestas, assim como Jarina. Mariana, inconformada, teria voltado para o mar na esperança de achar o caminho para casa. Lá, ela fez seu domínio. Juntas, formam uma tríade que se complementa, cada uma do seu jeito. Ambas com temperamento forte, as irmãs são conhecidas por já terem ajudado muitas pessoas na região, tirando demandas ou mesmo dando conselhos valiosos.

Cada uma delas é representada por um animal, pois é comum que essas entidades também consigam se transmutar e aparecer de outras formas, que não a humana.

**Mariana é uma arara encantada.**



**Herondina aparece como onça.**



**Toya Jarina é representada pela serpente.**



Entre as narrativas relacionadas ao Rei Sabá, a de Dona Ana Ferreira de Monteiro chama atenção. Ela conta que foi com o esposo pedir autorização para morar na praia por um tempo e solicitou, além do prazo, o apoio da entidade para criar os filhos e para que não lhe faltasse o alimento na mesa. Assim foi firmado um acordo e frequentemente ela ia à pedra, fazer a entrega de frutas para os encantados. A visão descrita, por si só, já é cheia de magia. Pois, segundo ela, os próprios encantados buscavam a entrega, transmutados em caranguejos graúdos e coloridos.

**Quando eu cheguei lá, fui lá. Falaram que ele era o milagroso. Eu fui lá na pedra e falei: eu quero que você me dê permissão aqui por 30 anos, eu quero viver aqui 30 anos, se Deus me der vida, até 30 anos eu fico aqui. Com 30 anos, eu quero ir embora. Mas eu disse aquilo por dizer. E quero que você me ajude, quero que me dê um pedaço de terra pra eu fazer um roçado, plantar macaxeira, plantar mandioca, pra fazer tudo, pra ajudar os que não têm. Quero que me ajude, não tenho nada. Só tenho a vida, os filhos e o marido. Quero que me ajude, bote peixe no meu curral pra mim vender, pra sobreviver com a minha família. Aí, quando foi de noite ele chegou comigo: Tá feito! 30 anos. Se esquecer, eu alembro. Ele pegou, sacudiu o punho da rede, ele abriu os olhos (referindo-se ao esposo), era um morenã, disse: Amigo, o senhor é o chefe da casa, né? Você é a força maior da casa, então eu só vim lhe dizer que tá esgotado o tempo de vocês irem. A sua esposa pediu 30 anos e 30 anos fez hoje. Tá esquecido? [...] Pois olhe, tem três dias pra vocês desocuparem aqui, levarem tudo. Se achar quem compre, venda roçado, venda casa de forno, venda tudo e vá embora (Ana Ferreira de Monteiro)**

Depois da partida da família, o local pegou fogo. Ainda assim, a entrevistada diz ser grata. Afinal, nessas três décadas viveu com abundância e pôde criar os filhos, como acordado. Vivenciou também muitos acontecimentos ao longo desse tempo. Afirma, inclusive, que uma de suas filhas chegou a ser levada para a encantaria e devolvida para a praia. Experiência que outros pirabenses dizem já ter presenciado em diferentes locais e datas.



**Uma vez, ele já encantou uma moça aqui em Pirabas, quando eu tinha dez anos. Eu vi quando encantou [...] Com sete dias ele devolveu a moça. A família dela mora tudo lá no Campo do Sal. Era tempo da canoa de remo, né? Ela caiu na água, ela vaio correndo, caiu naquele poço do Campo do Sal. Ele levou ela pra lá. Depois de sete dias, ele devolveu ela (Davina Costa)**

Uma das poucas croas em que Rei Sabá se manifesta é na de Mãe Rita. Diante da sua presença, os filhos de santo tendem a silenciar, até mesmo para conseguir ouvir a mensagem trazida pelo mestre. Em alguns episódios, a força de sua passagem foi tão grande, que a zeladora demorou um tempo para retomar a consciência.



**Bom, o Rei Sabá é um encantado, né? Que carrega muitos mistérios. Eu tenho um dizer comigo. Nós, médiuns, umbandistas, a gente não conhece tudo, entendeu? Eu só conheço aquilo que me é permitido, aquilo que me permite ser conhecido pelas entidades. Então, o Rei Sabá é um encantado. É uma encantaria muito forte e nós temos o privilégio de ter a Pedra do Rei Sabá aqui em São João de Pirabas. Ele se manifesta em mim, não é toda vez, é uma coisa rara, mas se manifesta em mim. E é uma presença que, quando se manifesta em mim, eu fico muito ruim depois (Mãe Rita de Oxóssi).**

Além do Complexo Mítico Rei Sabá, outros espaços são apontados como portais de encantaria no município. Um deles fica na Vila de Japerica (Aproximadamente 18 quilômetros da sede) e, o outro, dentro do próprio Templo de Umbanda Reino de Oxóssi e Oxum - Ilê de Cabocla Mariana e Pena Branca, em um poço.



## A GIRA GIROU

Depois que a gira é finalizada, os participantes começam a recolher seus pertences e se direcionam para o barracão onde acontece a festa realizada pela Prefeitura Municipal. A caminhada é de, aproximadamente, uma hora. No local, recebem um almoço e podem descansar um pouco. Algumas entidades permanecem em terra. Em 2024, por exemplo, Mariana, Joana Gunça e Codozinho ficaram reunidos em uma roda conversando e contando para os presentes casos dos seus filhos de santo e de suas encantarias.

A festa tem hora certa para acabar. No final da tarde, a maré convida todos a embarcarem para chegar em segurança na orla pirabense. Nessa época do ano, as águas costumam estar bem agitadas. Na sede do município, algumas atrações esperam o público. Normalmente, nessa parte, me despeço e vou para casa. Desde 2019 acompanho o Festival do Rei Sabá e a dor de cabeça não me deixa seguir com a programação. A priori, imaginei que era em decorrência do sol, da maresia. Era a pororoca das águas negras. **Salve Herondina, que chegou!**



Em 22 de março de 2024, foi sancionada a Lei nº 1052/2024, que declara o Festival Afroreligioso Rei Sabá como patrimônio cultural e imaterial do município de São João de Pirabas, Estado do Pará.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO JOÃO DE PIRABAS**  
PODER EXECUTIVO

## LEI MUNICIPAL Nº 1.052/2024

PUBLICADO NESTA DATA DE  
ACORDO COM O ART. 188 DA LOM

Em 22/03/2024

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DECLARA O FESTIVAL AFRO RELIGIOSO REI SABÁ COMO PATRIMÔNIO CULTURAL E IMATERIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE PIRABAS, ESTADO DO PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE PIRABAS, ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no Art. 38 da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores de São João de Pirabas aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica declarado como Bem Cultural de Natureza Imaterial a ser incorporado ao Patrimônio Histórico do Município de São João de Pirabas do Pará, o Festival Afro Religioso Rei Sabá.


**Art. 2º** Entende-se por Festival Afro Religioso Rei Sabá, o evento de caráter religioso e cultural que acontece em São João de Pirabas do Pará e reúne adeptos do catolicismo romano, da pajelança cabocla e dos cultos de matriz africana.

**Art. 3º** O referido evento será realizado sempre nas datas 19 e 20 de janeiro, no Município de São João de Pirabas.

**Art. 4º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

**Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.**

Gabinete da Prefeita Municipal de São João de Pirabas-PA, 22 de março de 2024.

  
**KAMILY MARIA F. ARAÚJO GOMES**  
Prefeita Municipal de São João de Pirabas/PA

*Registrado na Secretaria de Administração e publicado por afixação, na mesma data em que foi expedida, de acordo com o Artigo 108 da LOM, e disponibilizado no portal da Prefeitura Municipal de São João de Pirabas (<https://saojoaodepirabas.pa.gov.br>).*





JULIANA CARVALHO (2023)



JULIANA CARVALHO (2023)



JULIANA CARVALHO (2023)

# SE LIGA NA DICA!

O documentário “Rei Sabá: encantaria na Amazônia”, da jornalista Juliana Carvalho, fala sobre uma entidade icônica do município de São João de Pirabas, no nordeste paraense. Celebrado há 112 anos no Festival que leva seu nome, Rei Sabá é associado a personagens históricos como Dom Sebastião, São Sebastião e Oxóssi.

O projeto foi contemplado no edital “Cultura e Desenvolvimento: Construindo arte” – Lei Paulo Gustavo, São João de Pirabas/PA.

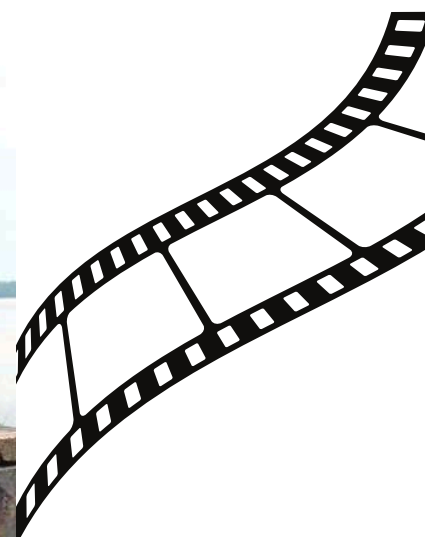
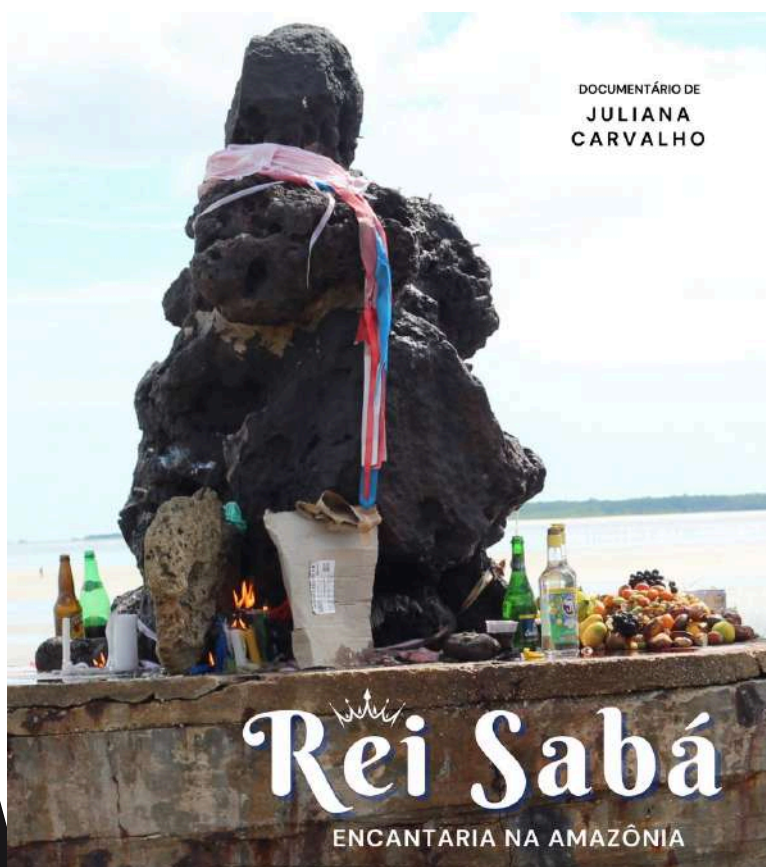
## Ficha técnica

**Direção e narração:** Juliana Carvalho

**Edição:** Thyago Fonseca e

**Entrevistados:** Andréa Silveira Conceição Silva Delson Rodrigues José  
Maria de Almeida Nelson Queiroz

**ASSISTA EM:** [https://www.youtube.com/watch?v=4f6P\\_wW-ZWg&t=3s](https://www.youtube.com/watch?v=4f6P_wW-ZWg&t=3s)



# REFERÊNCIAS

COSTA, Ana Rita S. da. Entrevista I. [2024]. Entrevistadora: Juliana Neves Carvalho Costa. São João de Pirabas, 2024.

COSTA, Davina de S. da. Entrevista VII. [2024]. Entrevistadora: Juliana Neves Carvalho Costa. São João de Pirabas, 2024.

DIAS, Delsival de A.. Entrevista VII. [2024]. Entrevistadora: Juliana Neves Carvalho Costa. São João de Pirabas, 2024.

FILHO, João Torres. Entrevista V. [2024]. Entrevistadora: Juliana Neves Carvalho Costa. São João de Pirabas, 2024.

LIRA, José. Entrevista II. [2024]. Entrevistadora: Juliana Neves Carvalho Costa. São João de Pirabas, 2024.

MONTEIRO, Ana Ferreira. Entrevista VI. [2024]. Entrevistadora: Juliana Neves Carvalho Costa. São João de Pirabas, 2024.

MOURA, Jesualdo Bezerra de. Entrevista III. [2024]. Entrevistadora: Juliana Neves Carvalho Costa. São João de Pirabas, 2024.

PALHANO, Antonio. Entrevista IV. [2024]. Entrevistadora: Juliana Neves Carvalho Costa. São João de Pirabas, 2024.

REI Sabá: encantaria na Amazônia. Direção: Juliana Carvalho. Produção: Juliana Carvalho. Roteiro: Juliana Carvalho. Fotografia de Thyago Fonseca. São João de Pirabas: [s. n.], 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pAisgO5Da7U>. Acesso em: 14 nov. 2024.

SÃO JOÃO DE PIRABAS. Lei nº 1052, de 22 de março de 2024. Declara o Festival Afro religioso Rei Sabá como patrimônio cultural e imaterial do município de São João de Pirabas, Estado do Pará e dá outras providências. [S. l.], 22 mar. 2024.





# 5

## PEQUENO GLOSSÁRIO PIRABENSE

*Juliana Carvalho*

**Avoado** - O famoso churrasco de peixe. O pescado é tratado e temperado assim que chega da maré e colocado para assar, muitas vezes de forma improvisada. É servido imediatamente em um único prato, de onde todos pegam sua parte, ou em uma tábua de corte. O acompanhamento, geralmente, é farinha.

**Caldote** - Caldo de peixe geralmente feito com folhas como alfavaca e chicória.

**Muão** - É o pescado dado pelos pescadores e/ou donos de embarcações para as pessoas que vão para a orla para ajudar a descarregar o barco que chega da maré. A prática está se tornando cada vez mais rara.

**Rancho** - Corresponde a duas coisas. À feira, realizada pelos pescadores que estão se preparando para passar dias ou mesmo meses na maré atrás do sustento. Às casas/palafitas de madeira, construídas suspensas nas praias, de forma que não sejam alcançadas pela água do mar.



PRISCILA ARANHA (2020)



## AGRADEÇO

TOMÁS  
HENRIQUE  
PEDRO  
GIOVANNA  
KARINA  
SABRINA  
KAREM  
FELYPE  
VINÍCIUS  
ADRIANO  
AMANDA  
MOSAR  
RAIMUNDA

FAMÍLIA OXÓSSI E MAMÃE OXUM  
AOS MEUS GUIAS E ORIXÁS

SALVE SUA FORÇA!



**Juliana Carvalho** é jornalista (UFMA). Autora de dois livros reportagem sobre cultura/política; Locutora; Repórter de TV; Atriz e instrutora de teatro, com foco em Teatro do Oprimido; Fotógrafa; Já produziu roteiros para audiovisual, além de edição, narração e direção de imagem. Atua na produção/oficinas de escrita poética. Presta consultoria acadêmica e de projetos culturais.



**Ana Paula Barros** é licenciada em História (UFPA/2024) e autora do artigo *Crendices e afetividades presentes na representatividade das embarcações de São João de Pirabas (PA), de 1962 a 1988, a partir de narrativas dos pescadores* (2023).



**Karina Dias** é Pedagoga (Uninta) e licenciada em História (UFPA). Diretora do documentário *Pirabas: memória e paisagem*, e autora do artigo *A paisagem como fonte histórica em São João de Pirabas: tempo, memória e intervenções* (2023), coordenou também a Mostra Fotográfica “Pirabas: 36 anos” (2024).



**Solange Maia** é Pedagoga (PanAmericana), licenciada em História (UFPA/2024) e pós-graduada em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional (FAEPI). Autora do artigo *Ser ou não ser negro, a questão de identidade quilombola Axindeua: um manifesto pelo povo negro!* (2024).



## “PROJETO EDITAL DE LIVRO E LEITURA– LEI PAULO GUSTAVO”



SECRETARIA DE  
CULTURA



MINISTÉRIO DA  
CULTURA

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO